

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Marlene Silva Xambre de Moraes

**VINDA DE REFUGIADOS PARA PORTUGAL:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS**

**Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia área de
especialização Psicologia da Educação, Desenvolvimento e
Aconselhamento orientada pela Professora Doutora Maria Jorge Ferro e
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.**

outubro de 2020

Dedicatória

À minha avó, Maria Manuela Ferreira Xambre,
Pelo apoio incondicional.
Por me ter ensinado, com fé e ação, que os sonhos não são perecíveis.

A todos os que corajosamente atravessam fronteiras,
visíveis e invisíveis,
doam-se ao seu próximo,
permitindo conhecer e ser conhecidos,
na jornada da (re)construção do ser(mos).

Agradecimentos

Palavras são insuficientes para expressar a gratidão que sinto por não ter estado sozinha nesta caminhada repleta de desafios.

A Deus, como disse o salmista: “Como posso retribuir ao Senhor toda a sua bondade para comigo?” (Salmos 116:12). Durante a minha vida e para a conclusão deste ciclo, a Sua presença tem sido renovo, esperança, cuidado e força para prosseguir.

À Professora Doutora Maria Jorge Ferro, pela orientação, incentivo e compreensão ao longo deste processo.

À minha família pelo suporte e cuidado. À minha mãe, ao meu pai, ao meu irmão e avós, pela preocupação, apoio e amor.

Aos meus amores. Ao Tiago, pelo apoio constante, o esforço, a dedicação e por acreditar. Esta vitória é nossa. Ao Isaac e ao Nathan, a minha força motriz, vocês são o motivo.

A todos os amigos e irmãos, que através de palavras e orações, me incentivaram e sonharam comigo. Pastor Tonda Rene, Pastora Cláudia Cambraia, Danuza, agradeço por tudo.

Em especial, à minha amiga Cátia Antunes. As revisões foram importantes, mas o acreditar foi fundamental. Muito obrigada!

*“A meu ver,
os otimistas acreditam que este mundo é o melhor possível,
ao passo que os pessimistas suspeitam
que os otimistas podem estar certos...
Mas acredito que essa classificação binária de atitudes
não é exaustiva.
Existe uma terceira categoria: pessoas com esperança.
Eu coloco-me nessa terceira categoria.
De outra forma, não veria sentido em falar e escrever...”*

Zygmunt Bauman

*“Histórias importam. Muitas histórias importam.
Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno.
Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e
humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo,
mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.”*

Chimamanda Ngozi Adichie

Vinda de Refugiados para Portugal: Representações de Estudantes Universitários

Resumo

A presente investigação procura explorar as representações sociais de estudantes universitários da Universidade de Coimbra sobre a vinda de cidadãos ‘refugiados’ para Portugal. Trata-se de um trabalho de análise de representações e significados atribuídos pelos participantes em torno desta temática. Importa realçar que este estudo assume um carácter explorativo e interpretativo, não sendo o objetivo a determinação de uma relação de causa-efeito nem o estabelecimento de generalizações. As narrativas pessoais dos entrevistados foram recolhidas através de entrevistas de acordo com os parâmetros da metodologia qualitativa *Grounded Theory*.

A análise aponta para a existência de dois grupos de categorias: um diz respeito à *Autoperceção* e o outro diz respeito à *Perceção do Outro*. A *Autoperceção* engloba questões relacionadas com as conceções dos entrevistados acerca da Visão Política, da Solidariedade, das Crenças Religiosas e da Emigração Familiar. A *Perceção do Outro* engloba questões relacionadas com as conceções dos entrevistados acerca de Migrações e Deslocação Forçadas, de Quem é o Cidadão Refugiado, do Acolhimento e Integração. Em suma, os participantes percecionam o refugiado como alguém que foge da guerra, do terrorismo e da morte, compreendem a vinda de cidadãos refugiados como um enriquecimento cultural e consideram que o contato direto e o acesso à informação serão fatores facilitadores no processo de integração.

Da diversidade e amplitude de dados recolhidos, haveria muito trabalho a desenvolver. Investigações futuras poderiam aprofundar as questões que aqui exploramos e as tendências presentes nas representações sociais geradas.

Palavras-chave: Representações Sociais, Refugiados, Estudantes Universitários, Acolhimento, Integração

Refugees Coming to Portugal: Social Representations of University Students

Abstract

The present investigation seeks to explore the social representations of university students at the University of Coimbra about the arrival of 'refugee' citizens to Portugal. It is an analytical work of representations and meanings attributed by the participants around this theme. It is important to emphasize that this study has an exploratory and interpretative character, and the objective is not to determine a cause-effect relationship or to establish generalizations. The interviewees' personal narratives were collected through interviews according to the parameters of the qualitative Grounded Theory methodology.

The analysis points to the existence of two groups of categories: one concerns Self-perception and the other concerns the Perception of the Other. Self-perception encompasses questions related to the interviewees' conceptions about Political Vision, Solidarity, Religious Beliefs, and Family Emigration. The Perception of the Other encompasses questions related to the interviewees' conceptions about Forced Migration and Displacement, Who is the Refugee Citizen, Reception, and Integration. In short, the participants perceive the refugee as someone fleeing war, terrorism, and death, understand the arrival of refugee citizens as cultural enrichment and consider that direct contact and access to information will be facilitating factors in the integration process.

From the diversity and breadth of those collected, there would be a lot of work to do. Future investigations delve into the issues we explore here and the trends present in the social representations generated.

Key Words: Social Representation, Refugees, University Students, Shelter, Integration

Índice

Introdução	7
I – Objetivos da Investigação	10
II – Metodologia	11
2.1 O Método	11
2.2 Recolha de Dados	15
2.3 Participantes e Recrutamento	16
III – Resultados	18
3.1 Apresentação dos Resultados	18
3.2 Análise dos Resultados	19
IV – Discussão	41
V – Enquadramento Conceptual	43
5.1 Representações Sociais	43
5.2 Cidadãos Refugiados e o Contexto Português	47
VI – Conclusões	50
Bibliografia	53
Anexos	
Anexo I – Guião Orientador da Entrevista Semiestruturada	
Anexo II – Termo de Consentimento Informado	
Anexo III – Exemplo de Categorização Aberta	
Anexo IV – Representações Gráficas das Construções de Significado	

Introdução

O movimento e circulação de pessoas tem-se tornado cada vez mais acentuado e complexo nas últimas décadas. De acordo com Matias (2014), a globalização despoletou grandes alterações nos fenómenos e perfis migratórios. Para o Observatório das Migrações (Oliveira, 2020), torna-se necessário fazer distinção das motivações que dão origem aos fluxos de movimentação, identificando as que ocorrem por decisão dos cidadãos ou por situações forçadas, que colocam em risco a segurança e proteção dos mesmos. Os dados fornecidos pelo relatório anual “*Global Trends – Forced Displacement in 2019*” da UNHCR, indicam que no final de 2019 estavam deslocadas, contra a sua vontade, 79.5 milhões de pessoas em todo o mundo.

Esta crise humanitária, que teve início em 2015, é apontada como a de maiores proporções desde a 2ª Guerra Mundial, sendo provocada por perseguição, conflitos e outras formas de violência, violação dos direitos humanos, situações de deterioração social em vários países, assim como o conflito continuado em outras áreas de deslocamento significativo (PAR, s.d., Matias, 2014). De acordo com Oliveira (2020), no âmbito do Relatório Estatístico do Asilo 2020, ainda estamos a viver os efeitos da denominada crise de refugiados.

Na conferência *Vision Europe Summit*, que ocorreu em 2016 na Fundação Calouste Gulbenkian (Uma visão conjunta para os refugiados na Europa, 2016, pp.4-6), Artur Santos Silva, enquanto representante da instituição, afirmou que a solução para a crise de refugiados não é uma missão exclusiva dos Estados e instituições europeias, mas de toda a sociedade e de cada cidadão em particular. Para isso, é necessária uma abordagem que permita delinear e colocar em prática políticas eficazes, pró-ativas e justas. Na mesma conferência, o antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, acrescentou que a omissão na prestação de apoio fomentará o crescimento de sociedades menos inclusivas e menos tolerantes. Também o Secretário-Geral das Organização das Nações Unidas, António Guterres, enfatizou a importância de demonstrar que

as sociedades multiétnicas, multirreligiosas e multiculturais são uma oportunidade e não uma ameaça.

Compreendendo este contexto atual, encontramos na obra de Lages, Policarpo, Marques, Matos & António (2006) a afirmação de que as interações entre os sujeitos na sociedade são condicionadas pelas impressões formadas acerca do outro. Existem dois fatores que influenciam essas percepções: a cultura de origem dos cidadãos e as mudanças que esta pode introduzir após a interação dos diferentes sujeitos.

Assim, pela perspectiva da Teoria das Representações Sociais, podemos procurar compreender o modo de relacionamento entre os indivíduos e a sociedade, identificando o papel dos processos comunicativos, mediáticos e informais na construção da realidade (Cabecinhas, 2009).

Uma vez que, Vala (2004) afirma que “os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social” (*cit in* Vala, 2013, p. 457), e que diversos autores na literatura sugerem a importância da participação cívica de cada cidadão para a construção de um futuro comum numa sociedade caracterizada pela diversidade e pela tolerância, parece-nos que a promoção de atitudes positivas face a esta temática será fundamental para ser chegar a uma solução efetiva da crise humanitária que o mundo tem atravessado.

O interesse pela realização de uma investigação de mestrado na temática de representações sociais acerca da vinda de refugiados para Portugal foi consolidado após a participação¹ em projetos de formação e intercâmbio do Programa Erasmus +, como associada de uma Organização Não Governamental, no âmbito da temática das migrações e deslocação de refugiados, nos quais se proporcionou o contacto com

¹ “Refugees, the invisible victims”, Youth Exchange Erasmus+. 22/09/2016 a 27/09/2016. Brolo, Itália.

“Travelling to nowhere”, Mobility of Youth Workers Erasmus+. 27/11/2016 a 02/12/2016. Madrid, Espanha.

“Change Your View On Migration”, Mobility of Youth Workers Erasmus+. 27/03/2017 a 03/04/2017. Velden am Wörthersee, Áustria.

jovens de diferentes pontos do mundo e o emergir as suas diferentes visões acerca desta temática. Para além, disso a prática de voluntariado, o contacto com a comunidade migrante e a realização e promoção de projetos e formações para jovens abordando as temáticas da cidadania global, a descodificação dos media e o combate ao discurso de ódio, foram fundamentais para que se percebesse a pertinência da realização de uma investigação neste contexto.

Importa compreender qual é o impacto que esta crise humanitária tem na forma como as pessoas se relacionam e comunicam, especialmente os jovens. É neste enquadramento de fenómenos que se situa a presente investigação, que tem como intenção a compreensão das representações sociais de jovens universitários da Universidade de Coimbra acerca da vinda de refugiados para Portugal. Ao longo da dissertação exploramos e aprofundamos conhecimentos sobre os conceitos que foram identificados.

Este estudo está organizado numa estrutura que se divide em seis capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os objetivos gerais e específicos que orientaram a evolução da investigação. No segundo capítulo, descrevemos o percurso metodológico, trilhado de acordo com a *Grounded Theory*, os procedimentos de investigação adotados na recolha e análise de dados e a caracterização da amostra. Segundo Fernandes e Maia (2001), a *Grounded Theory* é uma das metodologias qualitativas que tem vindo a ser bastante utilizada no âmbito das ciências sociais e de diferentes áreas da psicologia. No terceiro capítulo, procedemos à exposição dos principais resultados obtidos e respetiva análise das entrevistas realizadas. No quarto capítulo passamos à articulação dos dados com o enquadramento teórico, bem como ao levantamento de considerações sobre conteúdos que podem vir a ser aprofundados em futuras investigações. No quinto capítulo, é feita o enquadramento conceptual ²dos principais temas e conceitos em

² A metodologia *Grounded Theory* não pressupõe uma revisão extensa da literatura, anterior à recolha e análise dos dados. É privilegiada a realização de leituras temáticas e específicas após este processo. Desta forma, o capítulo que diz respeito ao Enquadramento Conceptual é apresentado após a Discussão dos Resultados.

estudo. Este capítulo, mais do que fazer um resgate teórico extenso e intensivo, procura clarificar alguns conteúdos que consideramos relevantes para a abordagem e compreensão do fenómeno em estudo. No sexto e último capítulo, apresentamos as principais conclusões decorrentes da discussão de resultados e as considerações finais. Em anexo, apresenta-se ainda o guião orientador da entrevista semiestruturada, o termo de consentimento informado e um exemplo da categorização aberta realizada para análise das entrevistas.

I – Objetivos da Investigação

A presente investigação tem como objetivo geral a compreensão das representações sociais geradas por estudantes universitários, da Universidade de Coimbra, acerca da vinda de refugiados para Portugal. Decorre no contexto da crise humanitária que tem permanecido desde 2015, provocando a deslocação contínua de pessoas que fogem da guerra, de perseguições e da pobreza extrema.

Uma vez que estas representações sociais são construídas e partilhadas pelos indivíduos nas interações sociais, que por sua vez são parte da construção de uma nova realidade comum (Jodelet, 2002).

Levantamos algumas questões abertas pois, de acordo com Strauss & Corbin (1998), no início de uma investigação fundamentada *na Grounded Theory* as questões devem ser formuladas de forma a permitir que o percurso de análise seja flexível, mas definidas de forma a orientar o estudo do fenómeno. Desta forma, os objetivos vão-se tornando mais específicos ao longo da investigação. Assim, pretendemos adicionalmente explorar:

- a) A experiência pessoal de contacto com migrações;
- b) A opinião e perceção acerca do acolhimento e integração de refugiados e se é condicionada por características como o país de origem, capacidade financeira ou grau académico;
- c) Que barreiras são percecionadas na integração e se existem formas de as minimizar.

Estes objetivos serão explorados através da análise qualitativa das entrevistas aos participantes, de acordo com a *Grounded Theory*.

II - Metodologia

2.1 O Método

Para a presente investigação, considerando que os comportamentos dos seres sociais tendem a ocorrer de acordo com os significados que estes lhes atribuem, recorreremos a uma metodologia de investigação qualitativa, a *Grounded Theory*, a qual que orientou todo o processo de recolha e análise de dados (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1990, 1994, 1998; Charmaz, 1995; Fernandes e Maia, 2001).

A escolha por uma metodologia qualitativa prende-se com o facto de pretendermos investigar de que forma os indivíduos interpretam determinados acontecimentos e situações e como fazem a atribuição de significados destes. Segundo Latorre, Del Rincon e Arnal (1996), os princípios do paradigma quantitativo - explicação, previsão e controlo -, foram substituídos pelos princípios da compreensão, significado e ação do paradigma qualitativo, fundamentais para a compreensão do mundo dos indivíduos, das suas interpretações e construção de significados.

Seguindo esta linha metodológica, o processo de investigação deve ser mediado por uma lógica indutiva, onde não existe uma hipótese pré-definida que norteia a recolha dos dados. Pelo contrário, os dados são o ponto de partida para analisar e encontrar padrões de saturação teórica que permitam identificar e ampliar generalizações (Coutinho, 2008).

Para além disso, de acordo com Guba e Lincoln (1994), a metodologia qualitativa privilegia os pontos de vista pessoais presentes no discurso dos indivíduos, incluindo e valorizando dimensões subjetivas como a sua realidade emocional e os seus valores morais,

sociais e políticos. As entrevistas e observações rigorosas são ferramentas fundamentais para aproximar o investigador da percepção dos sujeitos. Os mesmos autores afirmam que as informações disponibilizadas acerca do contexto social também são de extrema importância para estabelecer a compreensão dos fenómenos que ocorrem na interação dos indivíduos com o mundo social.

Das diversas metodologias de cariz qualitativo, a *Grounded Theory* tem vindo a tornar-se uma das mais utilizadas em investigações científicas sociais e humanas, especialmente em diferentes áreas da psicologia. Com influências do Interacionismo Simbólico e do Pragmatismo, é inspirada no trabalho de autores como Robert E. Park, W. I. Thomas, John Dewey, G. H. Mead, Everett Hughes e Herbert Blumer (Strauss & Corbin, 1990).

Esta metodologia foi apresentada pela primeira vez na obra dos sociólogos norte-americanos Barney Glaser e Anselm Strauss (1967), “*The discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*”, como uma proposta inovadora de um método de investigação de natureza exploratória, que tinha como finalidade a construção e desenvolvimento de teorias, com um percurso metodológico pautado pela recolha e análise sistemática e rigorosa dos dados, com vista a minimizar o hiato entre a teoria e a realidade, enfatizando também a importância da participação ativa do investigador no decorrer do processo.

No final da década de 80, após a rutura entre os autores, Anselm Strauss associou-se a Juliet Corbin e trabalharam continuamente a metodologia, publicando diversas obras acerca da mesma (Strauss & Corbin, 1990, 1994, 1998).

De acordo com Baggio & Erdmann (2011), este método de investigação científica procura explorar de que forma são as experiências vividas pelos seres sociais, como ocorre o processo de construção de significados, assim como os sentimentos e cognições presentes nos mesmos. Além disso, é focada a dimensão humana e os aspetos sociais relacionados, ao explorar a interação destes seres em

diversos contextos através de procedimentos de recolha e análise de dados sistematizados.

Uma vez que este estudo se centra nas perceções de estudantes universitários acerca de um fenómeno presente na sociedade, a vinda de refugiados para Portugal, a metodologia *Grounded Theory* pareceu-nos a escolha mais adequada, por ser, segundo Fernandes e Maia (2001), centrada na dimensão humana da sociedade, na construção e atribuição de significados pelas pessoas às suas vidas e nos aspetos subjetivos da vida social. Cumulativamente, é interesse desta investigação a inclusão, no decorrer do estudo e processos metodológicos, das vozes que são inquiridas.

Um dos aspetos centrais da *Grounded Theory*, que é também conhecida como Teoria Fundamentada dos Dados, é construir teoria a partir dos dados obtidos, sendo orientada pela comparação constante, estimulando o investigador a trabalhar continua e repetidamente entre a interpretação e o regresso aos dados. Neste percurso, a diversidade de dados é comparada considerando tanto as suas semelhanças como as suas diferenças. A produção de conhecimento é, desta forma, orientada por um processo indutivo (Fernandes e Maia, 2001).

O início da investigação dá-se com a recolha de dados e, assim como noutras metodologias qualitativas, as fontes podem ser diversas. Os dados podem ser colhidos a partir de entrevistas conjugadas com a observação, dados de vídeos, livros, jornais, *blogs* e outras fontes que apresentem dados significativos acerca das questões pertinentes para a investigação (Glaser & Strauss, 1967).

Recorrendo à realização de entrevistas como ferramenta de investigação, a análise do material recolhido é feita posteriormente ao registo e transcrição das entrevistas, iniciando o processo designado como codificação. Corbin & Strauss (2008) definem este processo como a extração de conceitos a partir dos dados, possibilitando o estudo dos mesmo em termos das suas propriedades e dimensões.

Após a análise dos dados e das ideias transmitidas pelos entrevistados, é possível identificar os conceitos que estão envolvidos nos acontecimentos e fenómenos encontrados. O passo seguinte está

relacionado com a comparação de conceitos e respetivo agrupamento num nível de análise superior, dando origem às categorias.

De acordo com o processo metodológico sugerido por Strauss e Corbin (1990), a codificação é classificada em três tipos: Aberta, Axial e Seletiva.

Na primeira etapa, Codificação Aberta, os dados, com base num processo interpretativo, são decompostos em unidades de análise, examinados e comparados, dando origem aos conceitos e categorias.

Na Codificação Axial, o segundo passo, são estabelecidas relações entre as categorias definidas durante o processo de codificação aberta. As categorias podem ser agrupadas em categorias maiores, dando origem a categorias e subcategorias e testando as suas relações.

Por último, a Codificação Seletiva, diz respeito à identificação da categoria principal, denominada *Core Category* ou categoria central. Todas as categorias e subcategorias definidas durante as outras fases de codificação são organizadas em função da categoria central e de acordo com as relações estabelecidas entre si.

Para Lima & Ferro (2014), é fundamental que o investigador recorra ao registo das suas ideias durante o trabalho de análise, já que elas serão fundamentais (posteriormente), na edificação da teoria.

A construção da teoria é elaborada com base nos resultados da codificação seletiva, apoiada pelos memorandos do investigador. A descrição das categorias encontradas deve ser minuciosa, assim como as relações estabelecidas entre as categorias e a *Core Category*. É importante salientar a explicação de Strauss & Corbin (1990), de que os resultados encontrados por este percurso metodológico podem acarretar uma capacidade preditiva em contextos com condições semelhantes, sendo possível a aplicação de uma compreensão teórica equivalente.

Os parâmetros de avaliação de uma *Grounded Theory*, de acordo com os mesmos autores, são: a validade, a credibilidade e a fiabilidade dos dados; a plausibilidade e o valor da teoria; a adequação do processo que deu origem e testou a teoria; e por fim a avaliação da base empírica das conclusões científicas.

Pese embora o propósito primordial da metodologia *Grounded Theory* seja a construção de teoria, o presente estudo não a possui como objetivo. Recorremos ao referencial teórico desta metodologia como inspiração para identificar, explorar e analisar fenómenos relevantes nas representações sociais dos estudantes universitários sobre a vinda de refugiados para Portugal. Posto isto, o tratamento dos dados recolhidos foi realizado de acordo com a primeira fase de codificação, a codificação aberta, abdicando das etapas seguintes.

2.2 Recolha de Dados

Para a recolha de dados deste estudo optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas, possibilitando a interação direta entre os entrevistados e a investigadora.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio com recurso a um gravador de modo a garantir a conservação integral de toda a informação fornecida, tendo sido posteriormente realizada a transcrição para um documento Word.

Este estudo foi regido pelas questões éticas relativas ao anonimato, assegurando aos participantes a confidencialidade dos dados. Para esse efeito, foi incluída uma declaração de consentimento informado que foi lida e assinada por cada um dos entrevistados (Anexo II). Foi também assegurada a destruição das gravações logo após a apresentação pública dos dados.

Elegemos a tipologia da entrevista semiestruturada porque, para além de possuir uma grande amplitude na recolha de dados, possui características de flexibilidade e adaptação que a tornam o instrumento ideal de orientação dos temas relevantes a abordar, sem a rigidez de seguir o guião pré-estabelecido de forma intransigente (Fontana e Frey, 1994).

As entrevistas tiveram a duração média aproximada de 2 horas, com uma duração mínima aproximada de 50 minutos e máxima de 2 horas e 15 minutos.

O guião orientador da entrevista foi dividido em três partes. A primeira parte é constituída por questões relativas aos dados sociodemográficos dos participantes e tem como principal objetivo reunir dados que caracterizem a amostra como - idade dos participantes, curso e ano que frequentavam, área de residência da família, número de irmãos e respetivas idades, composição do agregado familiar no momento da entrevista. Na segunda parte foram colocadas questões direcionadas a compreender o posicionamento e visão política e religiosa dos sujeitos, bem como questões sobre a relação dos sujeitos e as suas famílias com a emigração. Na terceira e última parte, o conjunto de questões é direcionado para a temática das migrações e deslocação de refugiados, assim como o seu acolhimento e integração na sociedade portuguesa.

2.3 Participantes e Recrutamento

De acordo com Strauss & Corbin (1990), a amostra teórica deve ser representativa das variações e tipicidades do fenómeno em estudo. Por conseguinte, devemos evitar que a amostra teórica seja selecionada com base em critérios intransigentes, que tenham sido previamente estabelecidos. Desta forma, a seleção de participantes deve considerar os sujeitos que detenham conhecimento significativo acerca do fenómeno em estudo e o número total de recrutados é subordinado à saturação teórica, ou seja, ao momento do processo das entrevistas em que não são acrescentadas novas informações.

Na presente investigação participaram 11 estudantes universitários da Universidade de Coimbra. A seleção dos participantes seguiu os princípios de inclusão: ser aluno do ensino superior de Coimbra, a frequentar qualquer ano e ciclo de estudos.

Na Tabela 1 apresentamos a descrição da amostra, tendo em consideração características como o género dos sujeitos, idade, estado civil, nacionalidade, estabelecimento de ensino e ano frequentado, concelho de residência familiar e de residência durante o período letivo,

com quem vive durante o período letivo, ideias políticas e crenças religiosas.

Tabela 1
Caracterização Sociodemográfica dos alunos entrevistados

Participantes	Idade	Género	Ano / Curso	Área de Resid.	Pos. Irmãos	Pos. Político	Religião	Família Emigrada
E1	21	F	3º CE ³	Guarda	1	-	Católica Não-Praticante	Sim. Suíça, França, Londres
E2	20	F	3º CE	Guarda	1	Direita	Católica Não-Praticante	Sim. Brasil, França, Suíça
E3	25	F	2º MIP ⁴	Roméni	0	Direita	Ortodoxa	Sim. Reino Unido.
E4	23	M	1º Mestrado RI ⁵	Guarda	0	Esquerda	Católica	Sim. Bélgica.
E5	24	F	1º Mestrado Direito	Abrantes	1	Esquerda	Ateia	Sim. Bélgica, Holanda, Reino Unido
E6		M	1º PHD Est. Contemporâneos	Algarve / Ucrânia	0	Centro-Esquerda (JS)	Agnóstico	Sim. Itália.
E7	25	F	5º MIP	Aveiro	1	Esquerda	Católica	Sim. Suíça.
E8	28	M	PHD Antropologia	Coimbra / Líbano	5	Não declarou	Ortodoxa	Sim. Canadá, Austrália, Brasil, França, Venezuela
E9	25	F	2º História	Lisboa	0	Centro-Direita (PSD)	Católica	Sim. França.
E10	19	F	2º Bioquímica	Ançã	1 (19)	Esquerda	Ateia	Sim. França, EUA.
E11	26	M	4º Direito	Tomar	1 (22)	Direita	Católica	Sim. Brasil.

Os alunos entrevistados foram selecionados após a resposta positiva para participar na investigação, enviado por e-mail para associações de estudantes e grupos de movimentos sociais e cívicos.

As suas idades estão compreendidas entre os 19 e os 26 anos, sendo sete do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Em termos de escolaridade, cinco dos alunos frequentavam o 1º ciclo de estudos, do segundo ao quarto ano; quatro dos alunos frequentavam o 2º ciclo de estudos, do primeiro ao segundo ano; dois dos alunos frequentavam o 3º ciclo de estudos, do primeiro ao segundo ano.

³ Ciências da Educação

⁴ Mestrado Integrado em Psicologia

⁵ Relações Internacionais

Oito dos alunos eram de nacionalidade portuguesa (seis mulheres e dois homens), um de nacionalidade libanesa, um de nacionalidade ucraniana e uma aluna de nacionalidade romena.

Relativamente ao estado civil, todos os alunos entrevistados se declararam solteiros.

No que diz respeito à área de residência, apenas uma aluna possui residência no distrito de Coimbra; os 10 alunos restantes vivem nesta cidade durante o período letivo, mantendo a sua morada definitiva noutras localidades e distritos: Guarda, Abrantes, Algarve, Aveiro, Lisboa, Tomar; ou residem noutros países: Roménia e Líbano.

Acerca do posicionamento político, quatro alunos indicaram que se posicionam à direita, quatro indicaram que se posicionam à esquerda, um aluno indicou que se posiciona à centro-esquerda, uma aluna indicou que se posiciona à centro-direita e um aluno não declarou o seu posicionamento.

Por fim, oito dos alunos entrevistados afirmaram ter crenças religiosas, um dos alunos afirmou ser agnóstico e os dois restantes posicionaram-se como ateus. Foram representadas as religiões católica e ortodoxa sendo que, no que respeita à religião católica, duas alunas assumiram-se como crentes não-praticantes.

Todos os alunos indicaram ter um histórico de emigração familiar, tendo o período de migração sido iniciado recentemente ou há longos anos. Os países de estabelecimento representados são: Bélgica, Brasil, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Reino Unido e Suíça.

III – Resultados

3.1 Apresentação dos Resultados

Da análise das entrevistas, de acordo com a metodologia da *Grounded Theory*, identificamos dois grupos de categorias relevantes. No primeiro grupo encontramos categorias relacionadas com a *Autoperceção*, formado pelas categorias: “Visão Política”,

“Solidariedade”, “Crenças Religiosas” e “Emigração Familiar”. O segundo grupo é referente à *Perceção do Outro* no que diz respeito à temática do acolhimento e integração de refugiados e é composto pelas categorias: “Migrações e Deslocações Forçadas”, “Quem é o Cidadão Refugiado”, “Acolhimento” e “Integração”.

Como referimos anteriormente, esta investigação não teve como objetivo a construção de teoria como é proposto pela *Grounded Theory*. Importa explorar, descrever e analisar o fenómeno em estudo, beneficiando para isso da utilização da Codificação Aberta da mesma metodologia. No *Anexo IV* estão apresentados os esquemas e representações gráficas das categorias desta análise.

3.2 Análise dos Resultados

A utilização da entrevista conduzida por um guião semiestruturado, com as características de flexibilidade e capacidade de adaptação (Fontana e Frey, 1994), permitiu a introdução de breves adendas de questões sem interromper a fluidez da mesma. O facto de ter sido possível introduzir pequenas novas questões à medida que o diálogo fluía permitiu aprofundar os discursos dos participantes, construindo narrativas pessoais finais mais sustentadas. Desta forma, reconhecemos que a utilização da entrevista semiestruturada proporcionou a recolha de dados com uma grande amplitude e riqueza informacional.

Em seguida, apresentamos uma explicação mais detalhada acerca das categorias que se encontram em cada grupo (*Autoperceção* e *Perceção do Outro*).

Iniciamos com as categorias encontradas no grupo *Autoperceção*, que embora não reflitam diretamente sobre o objetivo desta investigação, consideramos importantes para a construção das Representações Sociais. De acordo com Reid (2002), a análise de fatores contextuais como a cultura, a família, o género, a religião, entre outros, é de suma importância no que diz respeito à influência destes no comportamento.

Visão Política

Procurou-se compreender o envolvimento e compreensão dos estudantes acerca da participação política na sociedade. A maior parte dos entrevistados revelaram ter uma participação ativa politicamente, seja no âmbito académico ou não.

Esta participação implica o compromisso e o desenvolvimento de tarefas práticas:

“(...) é assim, afiliada oficialmente estou há mais de seis meses, não sei dizer o tempo certo. Mas a nível de militar estou há muitos anos mesmo.” E9

“Eu sou.... Militantemente de esquerda. (...) Na universidade pertenci ao núcleo de estudantes da minha faculdade. Eu fazia parte do jornal da faculdade, portanto as minhas competências tinham a ver com isso.” E5

“Na faculdade sim, fiz parte de uma lista e do núcleo de estudantes. Porque a lista ganhou e começamos um... fomos para o núcleo de estudantes da faculdade” E7

A importância desta participação destaca-se pelo contributo ao desenvolvimento pessoal e oportunidade de ter uma voz ativa:

“Porque eu acho que é sempre bastante útil, não vou dizer importante, mas útil, para o desenvolvimento individual participar neste tipo de associações [de estudantes].” E6

“Sim. Porque acho que é muito importante nós estudantes sermos ouvidos.” E9

Em relação ao olhar sobre o estado do panorama político português, foram notados o descrédito e a perspectiva de uma classe política autocentrada:

“Só pensam neles. Falam demais e não cumprem o que prometem.” E1

“No geral, a política é exatamente o contrário daquilo que devia ser. Devíamos estar a escolher pessoas que nos representassem e estamos a escolher pessoas que vão mandar em nós.” E5

“Difícilmente podemos falar da política, hoje em dia já não há política. Já são relações interpessoais quase.” E6

“(...) são pessoas que maioritariamente têm interesses próprios e que os defendem acima de tudo, que não têm em conta o interesse coletivo, mas interesses individuais ou do grupo que frequentam.” E7

“Que [a classe política] é uma corrupta, não tenho mais nada a dizer!” E9

“Penso que a política em geral, hoje em dia, está em volta em demasiados interesses individuais e não tanto no todo.” E11

“(...) não sei se será a corrupção do poder que o cargo em si acarreta. Se o cargo não coloca a pressão nas pessoas, mas atrai já esse tipo de pessoas. Mas, parece que a classe política em si é uma parte da sociedade bastante corrupta, atraída ao poder, que nem sempre tem os interesses do povo em primeiro lugar.” E10

Embora a perspetiva acerca do panorama político seja negativa, os entrevistados percecionam que a mudança social pode ocorrer através da união de esforços e participação da sociedade civil:

“Porque se a maioria das pessoas vão lutar contra a corrupção pode fazer alguma coisa, mudar alguma coisa.” E3

“Sim, eu acho que as pessoas se devem envolver na política.” E4

“Participar. Participar, participar, participar. (...) tentar ser essa pessoa activamente a mudar alguma coisa ou iniciar qualquer tipo de militância.” E5

“Essa força da população eventualmente terá algum efeito e provavelmente discutir-se um novo modelo democrático” E5

“Em participação, participação directa, manifestações, e etc é a melhor forma. Devemos criar diferentes tipos de organizações, grupos, associações, ser o mais activos em tudo, política e etc. para minimizar essa situação” E6

“Fazer alguma coisa, sei lá, ter uma atitude mais proativa. (...) Porque coisas a ser feitas há, nem que seja só o reclamar quando temos direito, ou exercer os nossos direitos, informares-te, ires à lei, leres as coisas.” E7

“(...) um pouquinho daqui um pouquinho dali, se cada pessoa faz a sua parte, consegue ali como se fosse desmascarar essa parte da corrupção e pelo menos dar um pouquinho de dignidade...” E8

Um dos aspetos mais relevantes, frisados pelos estudantes, foi a

importância do voto como dever cívico:

“Para que depois, possamos chegar ao momento das eleições, e (...) exercer a democracia ou o direito dos cidadãos...” E4

“Voto. Porque eu acho que é importante os estudantes terem uma voz. Já é tão complicado terem-na sem... se não participarem em nada, o pequeno momento que temos de marcar a diferença, escolher alguém que lute por nós” E5

“Porque acho que é das poucas formas que se tem de... (...) é uma das formas de nos manifestarmos.” E7

“(...) acho que todos temos de ter um papel ativo na vida cívica. Exercer o direito de voto, nós temos o direito e o dever do voto, também depois não reclamar por tudo e por nada, mas tentar ter um papel ativo na mudança de paradigmas.” E11

“(...) também é tentar ser o mais ativo possível na vida política, não só em exercer o voto mas também em estar informado sobre os diversos candidatos, as suas políticas. Votar...” E10

Solidariedade

Dentro desta categoria surgiram conceções dos entrevistados acerca da prática do voluntariado e da sua importância para o crescimento pessoal:

“É muito bom para experiência, e também para passar o tempo mais construtivo.” E3

“Eu acho isso importantíssimo. Acho que, é bom que as pessoas possam dedicar o seu tempo... eu vejo o voluntariado essencialmente (...) Estar ao pé de alguém que precisa de estar connosco, que precisa de uma palavra, que precisa de uma ajuda, pode não ser nada de importante mas só o facto de estar lá e conversar com essa pessoa...” E4

“Sim, eu acho que o voluntariado é uma riqueza social, sinceramente. E acho que devia fazer parte dos hábitos culturais também, é uma parte natural e necessária, devia ser do dia a dia.” E7

“E eu acho fixe pelo menos uma ou duas vezes na vida fazer alguma coisa, porque te ajuda pelo menos a ver o outro lado, principalmente...” E8

Acerca da realização de campanhas de solidariedade específicas surgiram formulações relacionadas com a má gestão, a ineficácia e o descrédito das mesmas:

“Não estão bem organizadas, nem especificam... não têm o público-alvo que eles querem atingir, é quem precisa e não têm parâmetros que...” E1

“(...) uma estratégia muito burguesa. Que é vamos dar alimentos aos pobrezinhos, os pobrezinhos precisam de nós e nós precisamos deles para conseguirmos fazer caridade.” E4

“Depois pronto, há, mas é todas as questões relacionadas com as próprias organizações, como é que funciona, como é que não funciona, como é que é feita a recolha, como é que é feita a distribuição essencialmente” E5

“(...) a maior parte do dinheiro, (...) não vai para as pessoas carenciadas, vai para a própria estrutura organizativa para as pessoas que recolhem, para as pessoas que planificam, para pagar o armazenamento, pagar a distribuição.” E6

“(...) porque o dinheiro que é enviado realmente para aplicar em roupa, saúde e alimentação das crianças, ou nas famílias desfavorecidas, não vai todo para elas e fica muito com os organizadores.” E7

Crenças Religiosas

Os participantes na sua maioria identificam-se com uma crença religiosa, embora não sejam praticantes.

“Eu não sou praticante, mas sou católica.” E1

“(...) Ortodoxa. Mas eu não acredito muito em ortodoxa, e a católica, e não sei quê. Para mim é uma e só.” E3

“(...) posso me assumir como católica cristã...” E7

“Sou por causa da minha mãe e do meu pai... cristão grego ortodoxo, mas não sou assim praticante.” E8

“(...) sim, sou católica. Não muito praticante, mas sou católica.” E9

Foi verificada a influência da educação e crenças familiares no que diz respeito à formação religiosa dos estudantes:

“(...) porque os meus pais disseram para ir. Quando eu comecei a perceber foi porque eu gostava...” E1

“Sim, andei na catequese uma série de anos. Fiz a primeira comunhão. (...) Sim, foi incentivo dos pais. Sem dúvida.” E5

“na catequese não faço ideia, porque os meus pais me puseram (...) não tive qualquer poder de escolha nisso.” E7

“Tive até aos sete anos, porque os meus pais quiseram, até que eu me virei para os meus pais “eu odeio religião, eu não quero saber disto, eu não quero saber nada”.” E9

“Frequentei, por parte da minha família, como era católica, fui colocada logo na catequese com seis anos e estive até aos 12, 13.” E10

Embora o abandono da formação e da prática religiosa seja frequente, o impacto da formação na construção pessoal dos sujeitos é considerado importante e positivo pelos valores transmitidos:

“(...) fiz parte do grupo de jovens e tudo, mas com o passar do tempo desisti.” E1

“Eu sei precisamente porque não me identificava com aquilo que era dado e achava.” E7

“(...) com esta vivência acho que tenho mais esperança, tipo, as coisas podem melhorar e retiro que é importante nós estarmos unidos e esses valores.” E1

“(...) acho que nos dá mais esperança, acho que não ficamos tão negativos na vida, pensamos sempre que há algo melhor...” E2

“É... é, inegavelmente é fortíssimo (...) portanto, quer eu queira quer não, são os valores que me chegam. (...) há coisas que vão ficando não é, mesmo a noção do que é honra, do que é certo, que é errado, a compaixão, são valores cristãos que quer eu queira quer não se mantêm. E, com esses eu concordo obviamente.” E5

“(...) precisamente no respeito pelas coisas e pelos animais e pelo ambiente, por exemplo... (...) Trouxe de lá precisamente a capacidade de me dar com pessoas que eu não conheço de lado nenhum... (...) Eu trouxe muito disso, o respeito pelo outro, o trabalho sem esperar as coisas, a união! Sei lá, a partilha, muito a partilha!” E7

“(...) no sentido em que me tornou um pouco mais crítica talvez. O facto de me terem sido entregues aquelas crenças, mas eu também ter conseguido criticá-las, pensar por mim, colocar questões.” E10

Emigração Familiar

Pretendeu-se compreender as perspetivas dos entrevistados acerca da emigração, abordando os seus contextos familiares, sendo que todos os estudantes afirmaram ter familiares emigrados.

“Eu tenho família emigrada no Brasil, na França e também na Suíça.” E2

“A minha mãe está na Inglaterra, há 14 anos. Foi para trabalhar.” E3

“(...) tenho dois primos a trabalhar fora sim. (...)os meus avós paternos (..) estiveram durante muitos anos na França. (...) essencialmente questões económicas, (...) porque tinha melhores condições de trabalho e decidi ir para outro país trabalhar...” E4

“Os meus pais e o meu irmão. Na Suíça, em Génève. (...) emigraram porque a situação financeira não estava bem, não estava muito bem.” E7

“O meu pai foi trabalho. Era mais ou menos na época, depois da 2ª Guerra Mundial. (...) No Líbano ele trabalhava na lavoura, era agricultor e queria uma vida melhor, então foi para o Brasil para trabalhar.” E8

“Sim. Na França, na altura do regime salazarista, vá digamos que ele era um fugitivo político. Foi para lá procurar auxílio.” E9

“Sim, bastantes. a parte da família materna, os meus avós emigraram para a França (...) e também a minha madrinha após ter estudado emigrou para os Estados Unidos, há cerca de 10 anos” E10

De modo geral, após a emigração, a ligação familiar é perspetivada como mantida através do contato frequente.

“Falamos todos os dias. Temos o mesmo contacto, muito close...” E3

“Somos pessoas mesmo próximas e quando nos vemos passamos imenso tempo a conversar, falamos às vezes no Facebook...” E4

“Sim, sobretudo com estes dois que estão, o que está na Holanda e na Bélgica, mantenho contacto com eles sim.” E5

“Por telemóvel, via Skype. Todos os dias, ou um dia sim, um dia não.” E6

“Isso sempre. É quase todos os dias (...) Se não for a cada meia hora, porque agora com o Whatsapp e tudo mais é sempre "onde você está?" E8

“Agora com a internet é bastante mais fácil, falo com eles várias vezes por Skype.” E10

A maioria dos entrevistados não tenciona emigrar, no entanto, considerariam essa possibilidade por motivos profissionais e financeiros.

“Só mesmo se não encontrar nada em Portugal” E1

“Último, último dos últimos recursos.” E2

“Talvez questões profissionais. Não tanto por causa do dinheiro. (...) Por questões profissionais, de enriquecimento pessoal, aí sim.” E4

“As próprias condições atuais levam-me a não excluir por absoluto a hipótese de sair do país.” E5

“A minha opinião é que se tiver que ir para fora, vou. Mas, vou tentar fazer a minha vida em Portugal.” E11

O grupo *Perceção do Outro* engloba questões relevantes para a compreensão das representações sociais geradas pelos estudantes universitários acerca da vinda de cidadãos refugiados para Portugal.

Migrações e deslocações forçadas

De uma forma geral os entrevistados demonstraram ter conhecimentos acerca desta temática. A maioria percebe os motivos associados à deslocação forçada como a fuga da guerra e do terrorismo, em busca da sobrevivência.

“(...) é estar a fugir de uma guerra do qual a maior parte dos refugiados não têm culpa.” E1

“O refugiado migra porque não tem outra opção.” E4

“Por outro lado, o Estado Islâmico obviamente que está a causar esta crise, é um dos fatores de causa desta crise de migração e portanto, sendo um grupo terrorista que leva a cabo, e digo que é um grupo terrorista não porque está a fazer a guerra mas porque já levou a cabo atentados na Europa e disse que tinham sido eles, reivindicou-os, e por isso eu acho que se for a partir daí acho que pode haver alguma relação com o terrorismo.” E4

“Os refugiados estão a vir porque não têm outra opção. Têm outra opção que é morrer, na guerra.” E4

“Os que fogem de situações de guerra. (...) os que migram porque são obrigados a migrar.” E5

“Guerra, guerra e guerra. (...) porque é que eu que quero um ordenado maior posso mudar de país e aquele que quer sobreviver não pode?” E5

“Depois há outro, que é o perigo imediato de morte, ou eu fujo agora ou levo um balázio amanhã.” E6

“(...) estão é a fugir a uma guerra.” E9

“Procura de segurança, sobrevivência.” E10

“(...) não podemos negar, o fator principal desta massa de refugiados que está a vir para a Europa nestes dias, é mesmo o terrorismo nos seus países de origem.” E11

As fontes dos conhecimentos adquiridos são apontadas como os meios de comunicação, tendo estes um papel fundamental na construção destas representações. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, foram apontados como mediadores na partilha de informação que ocorre no contexto familiar.

“Internet, televisão.” E1, E2

“Ah, pois, notícias... jornais, internet.” E3

“Através das notícias.” E1

“Comunicação social, internet, amigos, partilha de informação com amigos.” E7

“(...) pelos média, pelo nosso contacto com a “organização x”.” E10

“Internet, sobretudo. (...) Portanto, eu o que faço é aceder aos sites dos jornais e das revistas através da internet.” E5

“Regra geral pelo confronto de informações entre jornais. Acaba por se descobrir quais são os jornais que fazem parte do mesmo grupo e que estão a partilhar o mesmo tipo de informação.” E5

“Internet. A televisão também é uma via de acesso, mas além de ser mais limitada é mais manipulada, portanto internet.” E7

“Só quando vemos as notícias em conjunto.” E2

“Quando se começou a falar do assunto sim, agora não muito.” E1

“São os jornais essencialmente. São jornais. (...) Mas também leio algumas coisas, livros que são publicados, artigos na internet em blogs que são de pessoas com a sua opinião. Sim, muito por aí também. Portanto, quando me interessa pelos temas compro livros, leio livros.” E4

“(...) eu falo com a minha mãe todos os dias no facetime, e às vezes na hora de jantar estão a dar as notícias ou uma coisa do género e ela puxa um tema qualquer, e às vezes temos discussões violentas!” E4

“Agora já não tanto, mas sim. É um tema que continua a ser atual e continuamos a falar sobre isso. Porque as notícias já acalmaram lá está, e quando não se fala tanto na televisão as pessoas também não discutem tanto as coisas.” E7

“(...) antes falava mais, agora falo cada vez menos. Também já está a perder visibilidade nas mass media... como agora a mass media calou-se um pouco, o interesse entre as pessoas também diminui.” E6

“Surge mais à hora das refeições, quando o noticiário está a dar e alguma história em concreto é apresentada, acabamos por discutir a temática.” E10

Pretendeu-se compreender quais as conceções dos entrevistados acerca dos motivos da deslocação de cidadãos refugiados que teve início, de forma mais intensa, em 2015. As respostas demonstram que a religião é em parte relacionada com esta deslocação, uma vez que a origem dos conflitos se deve a guerras religiosas.

“Quer dizer, a guerra em si, teoricamente sim não é. É uma guerra essencialmente religiosa.” E4

“A religião estará sempre relacionada com o fenómeno na medida em que qualquer guerra tem sempre um carácter religioso.” E5

“(...) sim, eu acho que principalmente lá, na região específica lá do Médio Oriente é a religião que é o grande problema.” E8

Quem é o Cidadão Refugiado?

Os discursos dos entrevistados apontam para a construção do cidadão refugiado como a pessoa que foge da guerra, do terrorismo, do perigo e da morte. Além disso, é aquele que procura a segurança imediata.

“Um refugiado, ultimamente, é uma pessoa que foge da guerra, do terrorismo.” E1

“O refugiado penso que é forçado a ir para outro país...” E3

“Uma pessoa que, in a desperate need, não sei como traduzir... desperate need for a safe place. To search refuge, a safe refugee.” E3

“Um refugiado acho que de facto é (...) uma pessoa que está a fugir, de uma guerra neste caso, que só tem uma alternativa que é ficar e muito provavelmente morrer.” E4

“(...) uma pessoa refugiada é alguém que foi obrigada a sair do seu país por forças maiores. Seja guerra, seja o que for.” E5

“O refugiado é aquele que foge do perigo iminente, perigo de vida iminente. Ou seja, aqui e agora.” E6

“(...) o refugiado não teve outra hipótese. (...) um refugiado de guerra tem muito mais urgência em migrar, em fugir, em sair dali...” E7

“(...) é uma pessoa que corre perigo no local de origem (...) seja perigo social, seja por preconceito, discriminação, seja perigo político ou religioso, precisa de proteção desse perigo (...) por isso tem que fugir para outro país (...)” E7

“(...) o refugiado ele perdeu tudo, então aquilo que tinha, das coisas muito simples, vamos dizer, computador, telefone, e tudo mais, mas ele também perdeu a história, perdeu os amigos, ou vai perder os amigos, ou o amigo morreu, ou aquela memória da juventude toda que você teve, ele já perdeu e aqui tem que se auto adaptar para tudo.” E8

“(...) refugiados é mesmo pessoas que fogem de um clima de guerra em que a sua vida está constantemente ameaçada.” E11

“(...) é a sobrevivência que está em questão. (...) Um refugiado apenas quer segurança, e um clima de paz acima de tudo.” E10

Importa mencionar que os cidadãos refugiados são perspectivados pelos entrevistados como pessoas que têm ambições, em primeira instância relacionadas com a sobrevivência e em segunda instância relacionadas com uma melhoria das suas condições de vida. De uma forma geral estas ambições são percecionadas como válidas e legítimas, como as ambições de todos os cidadãos.

“Eu acho que as ambições deles devem ser muito semelhantes às nossas, honestamente.” E4

“A ambição é viver, é ter a segurança de ter casa, de ter o básico assegurado. E depois disso terão ambições, obviamente idênticas à da maioria das pessoas, não é?” E5

“(...) são as vidas humanas e eles querem segurança, paz, crescimento, crescer os próprios filhos, em segurança, paz. (...) Bem, os planos, ambições, eu acho que os planos e ambições é continuar a vida individual forte e estável.” E6

“(...) a ambição basicamente é sobreviver, primeiro. Depois, construir, dar início a uma vida com mais futuro, com mais tranquilidade. Acho que é uma ambição justa, como qualquer um de nós quer viver em paz (...). Desenvolver projetos pessoais (...) Eu acho que isso é só procurar a dignidade, mais nada. É procurar vida. Se eles estão a fugir da guerra eu não acho que as ambições primárias sejam muito mais do que ter uma vida digna. Acho que é tão justo vir da parte deles como de qualquer um de nós.” E7

“(...) o primeiro pensamento do refugiado é primeiro sobrevivência, segundo vem a ambição económica. Quando chegam à Europa sabem que não vão morrer e não vão ser ali reclusos ou tudo mais. Mas, primeiro passo "cheguei na Europa? Cheguei.", depois é a ambição económica.” E8

“(...) o primeiro é sobreviver. Segundo é a ambição económica. Terceiro é sempre trazer a família para cá.” E8

“Penso que acima de tudo a primeira ambição deles é mesmo a segurança da família e deles próprios...” E10

“E têm ambições legítimas claro.” E11

Para os entrevistados não existe qualquer relação entre a deslocação dos cidadãos refugiados e a pobreza.

“(...) porque normalmente esses países onde há terrorismo eles têm algum, (...) Eles têm acesso a armas e a objetos, instrumentos que normalmente no nosso país se calhar eram muito caros, precisávamos de um valor económico muito elevado para os obtermos e eles no entanto têm acesso a tudo isto.” E1

“(...) tinham posses, tinham família, trabalho. Mas, não sabiam se iam acordar no dia seguinte.” E5

“Mas não existe ligação nenhuma, porque nós temos pobres cá e eles não são refugiados. Não há ligação entre refugiado e pobreza.” E9

“(...) mas temos também que pensar que se as pessoas tinham uma vida no país de origem só por terem um trabalho que talvez lhes possibilitasse ter uma boa vida e ter posses...” E10

“(...) temos que separar os dois conceitos... Penso que essa diferenciação é essencial para a temática, porque temos que ter consciência que a Síria, penso que é um país que não tem um PIB per capita assim tão baixo como isso.” E11

As perceções acerca dos direitos dos cidadãos refugiados são remetidas para a Carta Universal dos Direitos Humanos, enquanto que os deveres são mencionados, resumidamente, sendo dirigidos à obediência da lei vigente no país de acolhimento.

“São humanos, acho que têm os mesmos direitos que nós digamos. Direitos e deveres!” E2

“Pois, manter a ordem, disciplina. Também as obrigações do Estado, do país onde está.” E3

“(...) devíamos levar mais a sério a Carta dos Direitos Humanos. E portanto, acho que as pessoas deve ser livres de escolher o sítio onde querem viver.” E4

“Também acho que as pessoas se devem adaptar às regras, às normas (...) Mas acho que elas se devem adaptar essencialmente em determinadas regras, que são regras culturais.” E4

“(...) os direitos são os mesmos de qualquer cidadão europeu. Os deveres, parece que o mesmo é válido.” E5

“(...) se saem do país deles têm que adotar ou têm que aceitar as normas do país para onde vão. (...) acredito que tenhamos um Código Penal ligeiramente mais completo do que a maioria dos países de onde vêm os refugiados, eles têm de aceitar, não há volta a dar, têm de se adaptar.” E5

“(...) opa, são todos do cidadão normal. (...) os principais direitos é segurança, dignidade humana, e os direitos básicos humanos. São os

direitos básicos, todo o indivíduo humano tem e eles não são exceção. (...) Isto é a dignidade humana.” E6

“Na vida privada eles podem fazer tudo, andar de cabeça para o ar, fazer tudo. Em vida privada, desde que não vá contra os códigos civis, penais... e vida pública também é a mesma coisa, podem fazer tudo desde que não vá contra o direito, contra a Constituição Portuguesa.” E6

“(...) são todos os direitos que constituem a Constituição dos Direitos Humanos (...) Como qualquer outra pessoa. Os deveres, respeitar as leis do país para onde vão (...) Tentar adaptar-te àquelas regras, respeitá-las.” E7

“Deveres, isso já depende de cada país, porque ele tem que obedecer as leis de cada país e tem que obedecer ali no modo, são as leis na qual ele tem que ser regido para que não entre em caos” E8

“[Têm que] se reger pelas nossas leis.” E10

Acolhimento

No que diz respeito ao acolhimento de cidadãos refugiados em Portugal, de uma forma geral, os participantes demonstram ter conhecimento acerca da temática. As principais sugestões impressas no discurso dos sujeitos apontam para a ideia de que o acolhimento não deve ser condicionado por fatores económicos, nem outros como a formação académica.

“Acho que não. Porque acho que se calhar a maior parte deles nem puderam estudar, ou qualquer coisa e não por culpa deles, mas por impossibilidades.” E2

“Não. Se eles deixaram aqueles países, deixaram tudo lá. Grau académico, isso também penso que não, porque todos são humanos.” E3

“Não, não! De maneira nenhuma, se tem mais ou menos dinheiro, mais ou menos rendimentos, acho que não (...) Nós nem sequer temos nada a ver com isso (...). Nós estamos a proteger pessoas de serem mortas, portanto se nós não as protegemos nós somos cúmplices de um crime. Não nos interessa se essas pessoas têm dinheiro ou não (...).” E4

“Nós não podemos esquecer dos outros, acho que a integração tem que ser feita global, sistemática, toda ao mesmo tempo, não devemos fazer assim divisão. Esses podem, esses não podem, esses mais ou menos, não. Tudo ao mesmo tempo.” E6

“Nem pensar, isso é parvo, não faz sentido nenhum. Porque as pessoas valem a mesma coisa. Quer sejam formadas quer não sejam...” E7

“É uma discriminação mais do que ali estou a acolher, acho que não.” E8

“São tudo pessoas que estão em situações de crise. Todos precisam de um lugar seguro para viver. Se começarmos a abrir exceções e apenas a aceitar, por exemplo como disse com determinados cargos, formações profissionais, estamos já a criar premissas bastante perigosas. São tudo, dá ideia de que algumas pessoas merecem mais a segurança que outras.” E10

“Temos de ajudar quem precisa, acabou. É mesmo o nosso dever.” E11

Ainda assim, os relatos indicam que a prioridade no acolhimento deverá ser dada a crianças e mulheres, por fazerem parte de um grupo de pessoas mais vulneráveis.

“Sim, ok, crianças e mulheres, estes todo tempo têm que ser prioridade, mas o resto não.” E3

“Se falarmos em crianças, eu acho que sim... acho que as crianças podem ter alguma prioridade e devem ter alguma prioridade porque... não se conseguem defender (...) mas as crianças são muito indefesas e é importante que a vida delas não fique marcada dessa forma porque está a começar.” E4

“(...) mas temos que dizer assim, temos que ver ali os grupos vulneráveis que são as crianças e as mulheres solteiras, digamos até as mulheres casadas nas que não estão com os parceiros. Porque há muita maldade no mundo e o mesmo que ocorre são ali um grupo vulnerável em qualquer outro sentido. Acho que crianças, sim poderiam ser...” E8

“(...) eu acho que há sempre exceções. É muito mais importante dar prioridade, neste caso, às mães e aos filhos.” E9

O maior benefício de acolher refugiados é apontado como a riqueza cultural encontrada na interculturalidade e multiculturalidade.

“Existem! Existem. Se eles forem integrados acho que existe sempre o benefício de interculturalizarmos o país. Acho que isso é importante...” E4

“E acho que vai ser uma coisa enriquecedora para a cultura portuguesa, como tem sido ao longo destes anos todos.” E7

“É a riqueza cultural. Nós temos uma diversidade cultural muito maior depois de termos emigrado para não sei quantos países do mundo. Depois a abertura à mudança, a mudança faz coisas muito boas.” E7

“(...) eu ia dizer que se a integração for de facto bem feita, essa diferença de culturas pode também trazer benefícios, tanto para os refugiados como para a população que cá está. O contacto com outras culturas, com outras mentalidades, penso que é sempre um benefício para o indivíduo.” E10

As barreiras ao acolhimento são identificadas como os próprios cidadãos dos países de acolhimento e as estratégias denominadas como de defesa, utilizadas pelos mesmos.

“Eu acho que é um pouco defesa pessoal.” E2

“Acho que os principais problemas são essencialmente as pessoas, os europeus. A maioria dos europeus (...) não quer refugiados cá. (...) E é esse entrave que depois leva a que se criem muros, limitações para as pessoas entrarem (...)” E4

“(...) eu acho que parte das pessoas e depois os governos tomam medidas que vão ao encontro daquilo que as pessoas querem. Que é não receber os refugiados.” E4

“(...) Os ignorantes levantam uma série de barreiras. (...) isso verifica-se em qualquer tipo de discriminação, qualquer tipo de receio é sempre fundado na ignorância. (...) E pronto, acho que é essa maioritariamente a população ignorante (...)” E5

“Acho que há muita resistência das pessoas em abrirem a cabeça, a mente, em admitirem que pode ser uma coisa boa ou pelo menos pode não trazer nada de mal.” E7

“(...) acho que essas barreiras são levantadas por pessoas, primeiro, por pessoas que estão mal-informadas ou muito bem informadas, que não chega ao nosso conhecimento, vamos dizer assim, porque há muita informação que passa por debaixo dos panos.” E8

“(...) normalmente as barreiras são levantadas porque as pessoas pensam que vai correr tudo mal...” E11

Reconhecendo a influência dos contextos de socialização dos sujeitos, particularmente a família e os pares, para a construção das representações, importou esclarecer se os pensamentos acerca da

temática seriam consonantes. A maioria dos entrevistados afirmou existir homogeneidade nas ideias partilhadas.

“Os meus colegas pensam o mesmo.” E2

“Mas, a esmagadora maioria acha que sim, acha que devemos receber. E os meus familiares também.” E4

“Eu acho que todos são, em graus diferentes, eu serei a mais extremista, todos são a favor da entrada de refugiados.” E5

“O resto dos meus amigos eu acho que vai um bocado no sentido daquilo que eu penso, mas têm medo, a verdade é essa.” E7

“(…) aprovam a minha maneira de pensar, vamos dizer assim. Aprovam e até dão mais apoio que outras pessoas...” E8

“Amigos, sim. Falamos imenso e muitas vezes partilhamos exatamente a mesma ideia e defendemos o mesmo.” E9

“Por acaso nesse aspeto, noto uma compreensão para que ajudemos essas pessoas, por acaso. (...) fiquei muito feliz ao notar que sim, o sentimento é solidariedade e vamos tentar ajudar essas pessoas.” E11

Integração

No que diz respeito à integração dos cidadãos refugiados, identificamos um padrão relativamente à perceção de ser facilitada quando a deslocação é feita em família. Os participantes consideraram positivo e justo o reagrupamento familiar.

“Ou seja, se o objetivo é ficarem juntos, não é separá-los, logo lá está devia ser por famílias, exato.” E2

“Acho que se chegar uma família são acolhidos mais rapidamente do que se chegar uma pessoa sozinha” E1

“(…) se tiveres alguém que passe contigo essa transformação, que fale a mesma língua que tu, que perceba aquilo que estás a sentir porque está a passar junto, acho que vai ajudar muito. Vais-te sentir muito mais apoiado, talvez com mais força para a integração.” E7

“Acho ótimo, é importante sim! Acho que é legítimo. É mais uma forma de os acolhermos de uma forma digna. De lhes darmos condições e algum conforto, não é? Quanto mais não seja o conforto da família.” E4

“Supostamente, a família é um ponto forte porque eles conseguem integrar-se não de forma individual, mas de forma coletiva.” E6

“Se for feito de acordo com o procedimento legal, sim. Tem que ser feito. Pode ser feito e deve ser feito.” E6

“(...) eu acho que qualquer pessoa, sendo refugiado ou não, deve viver ali com a tua família. Acho que se eles mesmos querem o reagrupamento, que se faça o reagrupamento acho que são, vão ser socialmente uma família melhor do que cada um estar lá solto a tentar achar a sua própria família.” E8

“É natural que essa pessoa vai para um sítio estranho e sabe que a sua família está num cenário de guerra e perigo de vida é natural que queira a família junto dela.” E11

“(...) não só direito dessa pessoa mas mesmo da família que ficou para trás, de também conseguir um local seguro para viver e como também já falamos atrás, se já tem família num país é mais que natural que queiram também ir ter com a sua família em vez de irem para outro país.” E10

A tendência verificada nas conceções acerca da sociedade portuguesa e o acolhimento, é que a maioria dos inquiridos acredita que a sociedade portuguesa não está preparada para acolher cidadãos refugiados.

“Não. Primeiro os nossos. É o que eu digo, primeiro os nossos.” E2

“(...) não ficava nada surpreendido se se fizesse um referendo, uma sondagem, ou uma outra coisa deste género, e se perguntasse às pessoas “são a favor da vinda dos refugiados?”, não sei se isto já se fez, por acaso acho que já se fez em Portugal, por acaso não ficaria nada admirado que ganhasse o “não, não queremos cá essas pessoas”.” E4

“Eu tenho dificuldades em enquadrar, seja que tema for, à luz do “estará a sociedade preparada”. A sociedade nunca estará preparada para nada. A sociedade não estava preparada para a mulher votar e houve uma mulher que decidiu ir ao local de voto e votar!” E5

“(...) bem, a sociedade portuguesa não está preparada para nada. Como qualquer uma das sociedades. (...) Nenhuma sociedade está preparada para nada, é necessária implementação estatal...” E6

“(...) nem socialmente nem psicologicamente, acho que não estamos preparados. Porque não temos a aceitação suficiente. Acho que há muito preconceito e muita resistência à mudança, resistência de aceitação (...) socialmente acho que não estamos preparados, não estamos disponíveis.” E7

“Não e penso que vai ser um longo, uma longa luta até mudarmos mentalidades.” E10

“(...) em termos da população e da sociedade, penso que não está preparada.” E11

Os fatores identificados de forma expressiva como facilitadores da integração e da aproximação dos grupos são: o contato direto, o acesso e a partilha de informação, o debate público e a aprendizagem da língua portuguesa por parte dos cidadãos refugiados.

“Acho que os mitos, os estereótipos, o racismo, se combatem quando estamos com outra pessoa cara a cara e quando conversamos com ela, quando percebemos que ela tem gostos semelhantes aos nossos, ou muito diferentes mas que nós achamos piada... são pessoas normais e que partilham valores humanistas como nós.” E4

“Podemos dizer assim, a cultura, a cultura local, o eles ouvirem pimba, dançarem pimba, qual a diferença em ouvirem pimba ou ouvirem por exemplo músicas de Cabo Verde, ou de Angola ou músicas brasileiras? Os portugueses também ouvem. Comer bacalhau ou comer um bitoque, portugueses também comem bitoque...” E6

“Mas eu acho que o facto de as pessoas conviverem umas com as outras e conviverem com a diferença ajuda a que as barreiras sejam atenuadas. Ou seja, só convivendo com a diferença é que a barreira da diferença pode ser atenuada.” E7

“(...) sim, eu acho que é procurar pessoas que trabalham com eles e mesmo colocá-las a falar, de uma forma mesmo informal.” E8

“(...) é mesmo pegar aquela pessoa que esteja mesmo ali da parte religiosa da hierarquia religiosa mais baixa e deixa ela falar. (...) Ali tu vê que a pessoa é mesmo humana, não é um muçulmano que é melhor que o cristão ou o cristão melhor.” E8

“Eu acho que é mais a convivência que vai mudar o pensamento das pessoas e é o que é preciso.” E9

“(...) tanto o conhecimento como talvez contacto direto, desmistificar o conceito de refugiado, mas lidar com eles como pessoas. Percebemos que é uma pessoa como outra qualquer acima de tudo.” E10

A aprendizagem da língua, ou a língua como fator de integração foi uma das subcategorias mais mencionada pelos entrevistados.

“(...) ajudá-los a integrarem-se, a aprenderem a nossa língua, para que depois possam arranjar trabalho...” E4

“Sim, acho que a língua é, acho que é essencial. Acho que é essencial tentar dar essa ferramenta, acho que deve ser uma das principais preocupações.” E4

“Em primeiro lugar, por causa da língua essencialmente. São pessoas que não falam a nossa língua e portanto... provavelmente terão alguma dificuldade em aprendê-la. (...) mas acho que é importante que se integrem, convidá-los a aprenderem a falar português e que estudem em aulas.” E4

“Para mim estarem aptos, mais uma vez, a questão da língua, não é? Acho que é o fundamental em primeiro lugar.” E4

“(...) seria importante arranjar uma coisa tipo um curso e arranjar uma equipa de professores, de tradutores, alguém que fosse passar o básico.” E5

“Mas acho importante dar-lhes as ferramentas de adaptação. Explicar-lhes, pronto... ter, dar-lhes aulas de português...” E5

“Outra questão, a validação de competências linguísticas... (...) A língua é importantíssima, a validação de competências é importantíssima, e a aculturação é importante também...” E6

“Língua, okay, sim é bastante importante porque é o mecanismo que permite às pessoas comunicarem, chegar mesmo ao consenso, negociar.” E6

“Para isso é necessário que os refugiados saibam falar português, que os refugiados tenham um curso válido para não ficarem à margem, senão vão estar sempre atrás dos jovens portugueses.” E6

“A barreira linguística, claro que de preferência tem que ser posta abaixo (...) não se faz nada sem comunicação e é uma forma de integração brutal.” E7

“Enquanto não se puser a barreira de língua, tudo bem (...) e uma língua diferente até pode ser uma mais valia porque dependendo das companhias podem querer estabelecer relações internacionais (...).” E7

“(...) até a importância talvez de aulas de português, tentar arranjar trabalhos para os refugiados.” E10

“Agora a questão de língua, lá está, é fazer projetos com que esses refugiados para se integrarem mais facilmente, aprendam português.” E11

O acesso à informação, assim como a divulgação de informação, nas suas variadas formas, revelaram-se como fatores essenciais nas

representações construídas pelos estudantes acerca da integração dos cidadãos refugiados.

“Lá está, mais uma vez a informação. Acho que as pessoas deviam ser, em primeiro lugar, educadas a procurar informação, acho que a escola devia refletir isso, e isso era o que falávamos há pouco, acho que as pessoas deviam ser obrigadas a discutir as coisas na escola.” E4

“(...) é preciso mais informação (...), talvez da ONU (...), de alguma organização mundial de confiança e devia haver formação e informação. Quais é que são as consequências verdadeiras disto e porque é que eles precisam sair de lá? (...) Mas acima de tudo, para que as discussões sejam feitas de forma mais lúcida, se calhar era haver mais informação.” E7

“(...) nós já temos uma abertura muito maior devido às telecomunicações, devido à informação que recebemos.” E9

“(...) é mesmo através da campanha e de divulgação da desconstrução dos mitos, divulgação de informação. Ajudar as pessoas a compreender o real problema da situação, penso que é esse o principal objetivo.” E11

“Se for uma população e uma sociedade bem formada, com acesso a informação penso que não será um choque tão grande como alguém que está a lidar com aquela realidade pela primeira vez sem ter conhecimento de causa da situação.” E10

“(...) mais uma vez é através da educação, da campanha, da desmistificação dos mitos que rodeiam os refugiados. Penso que basicamente é a divulgação.” E11

Também a promoção do debate público acerca da temática é apontado como fator contributivo para a facilitação da integração deste grupo.

“(...) nas universidades, tendo em conta que é a massa crítica de amanhã, não é? É importante que as faculdades continuem a promover debates, a obrigar os alunos a perceber o outro lado, não é? Ouvir não só a opinião deles, a contrária, (...) nem que seja por perceber onde é que estão as falhas do nosso raciocínio.” E5

“Seria natural e justo ter um espaço de televisão onde discutissem estes assuntos.” E5

“(...) eu acho que é necessário o debate político em geral. É necessário que Portugal seja um país mais forte, mais coeso, é necessário realizar debates periódicos.” E6

“Através da conversa, da comunicação. Interligação, conhecimento das outras culturas, alteração das perspetivas, melhoria das condições de vida, há muitas coisas.” E6

“Devemos criar diferentes tipos de organizações, grupos, associações, ser o mais ativos em tudo, política e etc. para minimizar essa situação.” E6

“(...) para haver mais aceitação as pessoas têm de conhecer a realidade, têm de saber que não é só porque sim.” E7

“(...) debates, principalmente em escolas e na comunidade universitária para dar a conhecer e fazer os alunos pensar. (...) É também levantar um pouco as questões, fazer os alunos pensar, mostrar-lhes que eles também têm um voto na matéria, têm uma voz e podem contribuir para fazer a diferença positiva ou negativa na sociedade.” E10

“(...) debates televisivos sobre a temática, conhecer a opinião de pessoas que são a favor e contra, medir os argumentos. (...) É uma aposta nos média e na divulgação de informação.” E11

No que diz respeito a fatores de afastamento, foi possível aferir no discurso dos estudantes universitários um padrão para identificar a cultura – valores e ética como principal subcategoria.

“Eu acho que acima de tudo é a cultura.” E2

“A cultura, o medo, as vivências deles...” E1

“Porque não são da mesma religião, não têm os mesmos princípios, não têm as mesmas tradições. As pessoas podem não sentir-se bem.” E3

“(...) há o próprio conflito de a religião predominante na Europa serem religiões cristãs e católicas sobretudo, haverá esse choque cultural.” E5

“A questão de facto mais complicada será as práticas religiosas, sobretudo porque grande parte dos refugiados, seja à luz da religião enviesada deles, que não é exatamente o que a religião deles diz, mas é o que eles acham que a religião diz ou que interpretam, são altamente castradoras para as mulheres.” E5

“São o quadro moral e ético. (...) E aí pode haver algum choque, de repente eles perceberem que a mulher pode fazer o que quer e bem entende aqui, poderá haver algum choque por aí.” E5

“(...) cultura certamente sim. (...) existe a cultura, o background, os costumes e valores, de cada zona.” E6

“Acho que são diferenças culturais. Eu acho mesmo que a religião tem um peso brutal nisto (...) e isso causa um medo enorme e eu acho que é isso que afasta. E afasta o facto de nos termos esquecido, lá está, das raízes. Porque se nós no conseguíssemos lembrar e pôr nesse lugar de "os meus avós um dia passaram por isto" e ainda bem que houve alguém que deu ao meu avô onde trabalhar (...).” E7

“Então há aquele choque entre eles conhecerem a cultura deles, dos refugiados, e os refugiados receberem o choque de que aqui é muito liberal.” E8

“(...) a diferença cultural é tão grande que... são incompatíveis, estás a ver? Nós temos que ter consciência disso, só que lá está, também vamos deixar de ajudar alguém ou um grupo de pessoas porque de antemão temos medo de que algo de mal se vai passar? Não, não podemos pensar assim.” E11

IV – Discussão

Nas narrativas dos entrevistados identificamos representações diretamente relacionadas com a vinda de cidadãos refugiados para Portugal organizadas em torno de quatro categorias: *Migrações e Deslocações Forçadas, Quem é o Cidadão Refugiado, Acolhimento e Integração*. Dos resultados obtidos e apresentados anteriormente, faremos agora a articulação teórica daqueles que nos parecem mais relevantes.

Verificamos um padrão transversal a todas as categorias no que diz respeito à utilização dos meios de comunicação como principal fonte de conhecimento acerca da temática, mas também como principal ferramenta facilitadora da integração dos cidadãos refugiados na sociedade portuguesa. Esta tendência vai de encontro ao que tem sido estabelecido na literatura, realçando a importância e o papel fundamental dos meios de comunicação para a disseminação e hegemonia das representações sociais (Vala, 2000). Além disso, verificamos que as afirmações de Cabecinhas & Évora (2008), corroboram as representações dos entrevistados acerca do possível contributo dos meios de comunicação para uma integração eficaz destes cidadãos, uma vez que os autores defendem a utilização dos meios de comunicação como ferramenta para dar maior visibilidade aos grupos

sociais minoritários, permitindo a expansão das representações sociais polémicas e abrindo caminhos para a mudança social.

A partilha de informação foi largamente mencionada, assim como a importância da experiência de ter contato direto com os cidadãos refugiados e pessoas que trabalham diretamente com esta população, como sendo fatores facilitadores da aproximação entre estes e os cidadãos portugueses. Podemos articular teoricamente estas perceções ao olhar para a *Contact Theory* desenvolvida por Gordon Allport. De acordo com este autor, os indivíduos serão mais aptos para compreender o outro quando é criada a oportunidade de poderem estabelecer comunicação. Além disso, ao perceberem a existência de diferentes pontos de vista ocorrerá a redução do preconceito e o aumento de atitudes positivas face ao outro (Allport, 1954).

Dentro da categoria *Integração* reconhecemos a existência de um padrão relativamente à perceção de que as diferenças culturais, incluindo os valores e ética nelas contidos, poderão ser a maior causa de afastamento entre os cidadãos refugiados e os cidadãos portugueses. Também neste sentido, encontramos na literatura bases para afirmar que a cultura e as representações construídas acerca dela, são fundamentais no que diz respeito à interação e aproximação destes grupos. As interações entre as pessoas são condicionadas pelas impressões formadas acerca do outro. Estas impressões podem ser principalmente influenciadas por dois fatores: a cultura de origem dos cidadãos e as mudanças que podem ocorrer através da interação dos diferentes grupos (Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006).

Por fim, parece-nos relevante salientar que no âmbito da mesma categoria, a aprendizagem da língua portuguesa foi largamente percebida como facilitadora do processo de integração. Para o *European Council on Refugees and Exiles* – ECRE, a integração é um processo dinâmico e recíproco – isto é, que implica ação da sociedade de acolhimento e dos próprios refugiados –; prolongado no tempo, e multidimensional, ou seja, relacionado quer com as condições existentes, quer com a participação do refugiado em todos os processo

da vida social, cultural, económica, civil e política do país de acolhimento. A questão da multidimensionalidade da integração é frequentemente abordada pelos inquiridos ao longo das entrevistas, sendo a língua e a necessidade de a aprender um dos fatores mais mencionados – os entrevistados consideram que a aprendizagem da língua portuguesa fará, por um lado, os cidadãos refugiados sentirem-se mais adaptados e aceites e, por outro, os portugueses sentirem-se mais próximos de quem chega. Além disso, a aprendizagem da linguagem e a capacidade de comunicação verbal parece ser vista pelos entrevistados como um meio de chegar a outros “patamares” de integração, nomeadamente o acesso a serviços básicos (e.g. saúde); a inclusão social e desenvolvimento de rede de contactos e a integração no mercado de trabalho. O próprio Conselho Português dos Refugiados e Exilados (2008) realça que a aprendizagem da língua deve começar, enquanto processo de integração, logo na fase de acolhimento no país.

V - Enquadramento Conceptual

5.1 Representações Sociais

O conceito de Representação Social, no âmbito da Psicologia Social, foi desenvolvido por Serge Moscovici e surgiu pela primeira vez na obra “*La Psychanalyse, son image, son public*”, apresentada em 1961. Na base deste conceito estiveram as teorias sociológicas de Durkeim, com enfoque na noção de representação coletiva, sendo posteriormente aprofundado por Denise Jodelet (Arruda, 2002, Vala & Castro, 2013).

O enquadramento em que surge o conceito, a partir dos anos 60, refere-se a um período em que é marcante o crescente interesse acerca de fenómenos que ocorrem no âmbito da consciência e do imaginário. É também aqui que surgem os conceitos de representação e memória social, apesar de ganharem maiores contornos nos anos 80.

Neste seguimento, Farr (1998) acredita que a Teoria das Representações Sociais fez parte de uma desvinculação que ocorreu entre os parâmetros clássicos e as ciências sociais, dando ênfase ao conhecimento empírico e à interação entre o sujeito e o meio social. Este teórico que defende que o estudo das representações sociais não pode partir de um estado “raso” no que diz respeito ao contexto cultural e temporal, chegou a afirmar que: “As representações sociais, pela sua natureza, devem estar situadas na cultura e na sociedade e não dentro do laboratório. Elas devem ser observadas ‘in situ’, isto é, no terreno” (Farr, 1992, p.185).

As representações sociais caracterizam-se pela sua forma própria de entender e comunicar o que já conhecemos. Assim, na sua definição, o conceito é apresentado como uma forma de compreensão do mundo concreto, influenciada pela ciência, pela técnica, pela filosofia e sistemas heterógenos que estão presentes na sociedade (Moscovici, 2000). Por outras palavras, segundo Cabecinhas (2009), a contribuição da Teoria das Representações Sociais para a Psicologia Social, é feita através da construção de uma nova perspetiva acerca do modo de relacionamento entre o indivíduo e a sociedade, identificando o papel dos processos comunicativos, mediáticos e informais na construção da realidade.

É neste sentido que Vala (2004) afirma que “os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social” (*cit in* Vala, 2013, p. 457). Para além disso, estas representações têm um papel importante na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo (Jodelet, 1989).

De acordo com Berger e Luckman (1991), representações sociais também podem ser denominadas construções sociais. Assumindo que as experiências de um indivíduo e as suas formas de viver num espaço social conduzem a uma perceção de que a sua realidade é a verdadeira representação do real.

Jodelet (2002, p.22), escreveu a definição de representações sociais que tem sido a mais adotada pelos investigadores, afirmando

que são “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”

A expressão “representações sociais”, no âmbito da Psicologia Social, diz respeito tanto a uma teoria quanto ao objeto de estudo. De acordo com Santos (2005), esta teoria é um modelo teórico que busca a compreensão de teorias do senso comum fundamentadas no conhecimento leigo. Também Albuquerque (2007), afirma que o conhecimento geral que um indivíduo possui sobre objetos ou acontecimentos, materiais ou abstratos, influenciará a construção das representações, atribuindo sentido à realidade social, servindo de orientação para os seus comportamentos e condutas, sistematizando formas de comunicação.

Para que uma representação seja reconhecida como uma “representação social” é necessário que sejam aplicados três critérios: quantitativo, genético e funcional (Vala, 2000). O critério quantitativo exige que a representação seja partilhada por um conjunto de indivíduos, mas se aplicado isoladamente é insuficiente. O critério genético, exige que a representação seja resultado de uma produção coletiva através dos processos de atividade cognitiva e simbólica. Por fim, o critério funcional, exige que a representação seja organizadora das relações simbólicas, atribuindo significado às relações sociais e atuando como orientadora das comunicações e ações entre os sujeitos.

Ainda de acordo com Vala (2013), foram estabelecidos três tipos de representações sociais por Moscovici, que diferem no que diz respeito ao estágio de desenvolvimento e forma de circulação na sociedade: as representações controversas ou polémicas, são resultantes de conflitos intergrupais ou sociais; as representações emancipadas, criadas e partilhadas através da cooperação de sub-grupos; e as representações hegemónicas, partilhadas por participantes de grupos altamente estruturados e presentes em práticas simbólicas, de forma uniforme e dominante.

O cunho hegemónico das representações sociais e a sua disseminação devem-se à contribuição dos meios de comunicação

social (Vala, 2000). Porém, Cabecinhas e Évora (2008) acrescentam que estes também podem ser utilizados como instrumentos para dar visibilidade aos grupos sociais minoritários, colaborando com a expansão das representações sociais polémicas e favorecendo a mudança social.

Esta mudança torna-se possível, pois segundo Moscovici (2010, *cit in Bertollo-Nardi, et al, 2014, p. 91*) “pessoas e grupos não são recetores passivos, mas repensam e recriam as Representações Sociais à medida que as compartilham” abrindo espaço para que as mesmas possam ser debatidas e reinterpretadas, sujeitas constantemente à mudança.

Para atingir o objetivo de “tornar algo não-familiar, ou a não não-familiaridade em si, familiar”, Moscovici aponta dois mecanismos que têm de ser ativados, a ancoragem e a objetivação. Estes mecanismos modelam-se através de fatores sociais e estão intrinsecamente ligados. A ancoragem, que ao estabelecer ideias consideradas estranhas, inicia um processo de categorização das mesmas e organização destas em torno de um contexto familiar, nomeando-as e classificando-as. A objetivação, diz respeito à organização e materialização dos componentes que fazem parte da representação em si, passando a ser entendidos como expressões de uma realidade (Moscovici, 2000, Cabecinhas, 2004).

No que diz respeito à transmissão destas representações, Vala e Castro (2013) apontam três formas de comunicação. Primeiramente, a difusão, que tem como princípio a moderação e o seu objetivo principal é apresentar uma abordagem a possíveis ideias e comportamentos, divulgando as opções existentes. A propagação é a segunda forma de comunicação, efetuada de forma a pressionar para a uniformidade, com o intuito de estabelecer uma norma, reconhecida com unanimidade como uma doutrina aceitável e ajustada às normas grupais. A terceira e última, a propaganda, cumpre o papel de regulação através da afirmação e estabelecimento da identidade, assim como a organização do significado, através de dicotomias simplificadoras. Por sua vez, estas

dicotomias apresentam a possibilidade de apenas duas soluções, boa e má, para cada situação.

Acerca da constituição das Representações Sociais, Abric (2000) referiu que estas são formadas por um conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes e podem ser organizadas em dois sub-sistemas: central e periférico. Da formação do sistema central fazem parte as condições sociais, históricas e ideológicas de grupo, demonstrando estabilidade e resistência à mudança. Já o sistema periférico, permite a adaptação do sujeito ao presente, fazendo a ponte entre o sistema central e a circunstância.

Estas crenças, opiniões e atitudes, fundamentadas nas pertenças sociais e padrões de identificação das mesmas, estão na base dos processos de construção de representações sociais que permitem compreender as perceções dos sujeitos acerca da história (Cabecinhas e Évora, 2008). Por isso, é de extrema relevância que, adicionalmente, o conceito de cultura seja incluído e considerado nos estudos da Psicologia Social, uma vez que engloba as interações entre sujeitos, estruturas e grupos sociais, assim como a história e a cultura (Guareschi, Medeiros & Bruschi, 2003).

5.2 Cidadãos Refugiados e o Contexto Português

No rescaldo da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), milhões de pessoas foram forçadas a deixar os seus países de origem, em busca de refúgio. Segundo a UN Refugee Agency, estes foram os primeiros “refugiados” do século XX. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) viria a contribuir para o aumento drástico dos números de pessoas deslocadas à força, deportadas e ou realojadas. Ao longo do século XX foram elaborados a Convenção de Genebra, de 1951 (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados), e o Protocolo de 1967, que vêm estabelecer um enquadramento teórico com diretrizes, leis e convenções com o intuito de garantir o tratamento adequado dos cidadãos refugiados. Estes documentos vêm definir os direitos e obrigações dos refugiados, o tipo de proteção legal e assistência a que

têm direito e o conceito de refugiado em si mesmo, distinguindo-o, por exemplo, de conceitos como o de “criminoso de guerra” ou de “migrante”.

A Convenção de 1951 define um refugiado como uma pessoa que está fora do seu país de origem ou residência habitual; que tem um receio fundamentado de ser perseguido em consequência da sua raça, religião, nacionalidade, posição política ou afiliação a determinado grupo social; e que é, por si mesmo, incapaz de se proteger ou de voltar ao país, por medo de perseguição.

Para Agier (2008) refugiado é, em sentido lato, alguém que foi forçado a sair do seu país. Não raras vezes, acrescenta o autor, são pessoas indesejadas, por terem chegado aos vários países de forma ilegal e por serem (vistas como) dependentes, carentes de abrigo, proteção e integração. Apesar da postura xenófoba de alguns países Europeus sublinhada pela literatura, a Convenção de Genebra estipula que um refugiado tem, no mínimo, direito ao mesmo tratamento que qualquer outra pessoa que se encontre fora do seu país de origem (independentemente do motivo), podendo ter direito a receber o mesmo tratamento social e político de um qualquer cidadão nacional. Reconhecendo a dimensão do fenómeno da migração, o documento realça também a importância e o impacto que têm a solidariedade e a cooperação internacionais na minimização desta realidade (UNHCR, 2011).

Por definição, os refugiados são pessoas que não foram protegidas pelo seu próprio país, pelo que devem ser acolhidas e protegidas pela comunidade internacional. Nesse sentido, a Convenção de Genebra estabelece, por um lado, o princípio da não expulsão pelo país de acolhimento – que torna proibido forçar o regresso do refugiado a um território onde a sua vida e/ou liberdade estejam ameaçadas – e, por outro, a obrigatoriedade de qualquer país, seja ou não assinante da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967, de abrir portas a estas pessoas, já que recusar a sua entrada no país será equivalente a uma situação de expulsão (UNHCR, 2011).

No que diz respeito à diferença entre os conceitos de “refugiado” e “migrante”, a principal distinção está, segundo a Convenção de Genebra, na liberdade de escolha ou ausência dela. Se um refugiado “é forçado a sair do país por ameaça de perseguição e ausência de proteção”, um migrante é alguém que sai do país pelos mais diversos motivos, não relacionados com uma eminente perseguição – por exemplo: emprego, reunião familiar, estudo –, e que continua a estar sobre proteção governamental do seu país, mesmo estando ausente.

Importa lembrar que estes dois documentos, ainda usados como pilares regentes dos direitos e deveres dos refugiados e dos seus processos de integração e acolhimento, estabelecem também resoluções no que toca a situações de cessação da proteção a refugiados. Assim, estarão excluídos da proteção da Convenção de Genebra indivíduos culpados ou suspeitos de ter cometido crime(s) contra a paz, crime(s) de guerra, crime(s) contra a humanidade ou outro(s) crime(s) não políticos de gravidade considerável, fora do seu país de acolhimento; ou que sejam culpados de atos contrários aos princípios e propósitos das Nações Unidas. Da mesma forma, é possível que um refugiado deixe de ser entendido como tal se se acreditar deixar de existir motivo para tal – por exemplo quando, por iniciativa própria, volta ao seu país de origem ou quando se naturaliza no seu país de acolhimento (UNHCR, 2011).

O deslocamento das populações, em particular dos refugiados, tem gerado um afluxo sem precedentes de pessoas em direção à União Europeia. Portugal, como Estado Membro da União Europeia, tem-se mostrado disponível para abraçar as medidas que constituem a Agenda Europeia das Migrações, nomeadamente o acolhimento de refugiados que aguardavam por uma solução em Itália e na Grécia e fazer parte do Programa de Reinstalação da União Europeia. Em 2017 Portugal posicionou-se em 6º lugar no que diz respeito à recolocação de requerentes por parte dos Estados Membros da União Europeia (SEF/GEPE, 2018). Além disso, de 2018 para 2019 houve um aumento de cerca de 45,3% no que diz respeito aos pedidos de proteção internacional às autoridades portuguesas (SEF/GEPE, 2020).

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), serviço de segurança responsável pela implementação da política nacional de asilo em Portugal e dos compromissos internacionais, afirma que a crise migratória na Europa se manteve nos últimos anos. Desde 2015 que os pedidos de asilo têm aumentado, com exceção do ano de 2018. Apesar disso, esse foi o ano cuja descrição se destacou nos Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo publicados anualmente, apresentado como

“um período de mobilidade sem precedentes, [que] ficou marcado não só pela globalização que gera migrações de natureza económica, laboral e educativa, mas particularmente pelas questões migratórias associadas a sucessivos fenómenos de crises humanitárias, de êxodos de imigrantes e reações políticas de países europeus perante as vagas de imigrantes e refugiados” (SEF/GEFP, 2019, p.9).

Ainda de acordo com os dados do SEF, durante o ano de 2019 foram realizados 1849 pedidos de proteção internacional a Portugal, e os indicadores publicados foram: a atribuição do estatuto de refugiado a 183 cidadãos, a autorização de residência por proteção subsidiária a 113 cidadãos, o acompanhamento de 46 menores não acompanhados, a recolocação *ad-hoc* (barcos humanitários) de 100 cidadãos e a reinstalação de 376 cidadãos refugiados.

A resposta dada durante estes anos teve como princípio a responsabilidade de acolher cidadãos requerentes de proteção internacional, tanto no âmbito da reinstalação como da recolocação.

VI – Conclusões

Através da presente investigação qualitativa, foi possível explorar os significados que os participantes constroem sobre a vinda de cidadãos refugiados para Portugal.

Dos 11 alunos universitários entrevistados, todos afirmaram ter um *background* de emigração familiar e a grande maioria afirmou não desejar sair do país. De forma geral os sujeitos demonstraram ter uma participação política ativa, ainda que sem a presença de filiação

partidária. As suas considerações foram no sentido de reconhecer a importância do exercício da cidadania, deveres cívicos e da participação conjunta da sociedade civil como fatores que contribuem para a mudança social.

Os participantes demonstraram ter interesse e conhecimentos gerais acerca da temática, apresentando, de forma geral, um discurso empático.

As representações sociais construídas acerca dos cidadãos refugiados tendem a descrevê-los como pessoas que fogem da guerra, do terrorismo, do perigo e da morte, procurando a segurança imediata. As ambições destes cidadãos são perspetivadas ao nível da segurança e da sobrevivência, sendo legitimadas as ambições quanto aos fatores económicos e profissionais.

Fatores como a religião e o terrorismo surgem relacionados com as representações construídas, na medida em que estão na base dos conflitos existentes nos países de origem destes cidadãos.

Embora as diferenças culturais sejam apontadas como os maiores possíveis fatores de afastamento, são simultaneamente reconhecidas como benéficas para o fortalecimento da riqueza cultural e da multiculturalidade.

As dificuldades sentidas durante a investigação estiveram sobretudo relacionadas com a escassa quantidade de literatura existente acerca desta temática. Além disso, quanto ao nível da análise foi desafiante olhar para os dados de uma forma neutra, deixando de lado as perceções pré-existentes. No entanto, de acordo com a metodologia utilizada, a participação do investigador e o seu ponto de vista nos níveis de análise constituem fatores enriquecedores para a investigação.

Da diversidade e amplitude de dados recolhidos, haveria muito trabalho a desenvolver. Investigações futuras poderiam aprofundar as questões que aqui exploramos e as tendências presentes nas representações sociais geradas.

Bibliografia

- Albuquerque, E. (2007). *Inclusão de alunos com deficiência nas representações sociais de suas professoras*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade de Pernambuco.
- Allport, G. W. (1954). *The Nature of Prejudice*. Cambridge: Perseus Books.
- Abric, J. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. Tradução de Pedro H. Faria Campos. In: A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira, *Estudos interdisciplinares de representação social*. (2ª Ed., pp. 27-46). Goiânia: Ab.
- Agier, M. (2008) *On the Margins of the World: The Refugee Experience Today*. Cambridge: Polity Press.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. 117, pp.127-147. Consultado 15 de setembro de 2020, disponível em <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- ACM. (2018). *Newsletter Observatório das Migrações*. Alto Comissariado para as Migrações. Disponível em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/582225/Newsletter+OM+junho+2018+refugiados..pdf/5ac01a3d-2c81-4471-99e2-184c206f7554>
- Baggio, M., Callegaro, G., Dorneles & Erdmann, A. (2011). Relações de "não cuidado" de enfermagem em uma emergência: que cuidado é esse? *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 15, 1, pp.116-123. Consultado a 8 de julho de 2020, disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000100017>
- Banti-Markouti, V. (2019). *The Definition of Refugees and Health Issues Related to Refugee Influx in Europe*. Elsevier.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1991). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Penguin UK.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Cabecinhas, R., & Évora, S. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens caboverdianos face à história. In Moisés M. & Manuel P. (Orgs.), *Comunicação e Cidadania – Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 2685-2706). Braga:

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade .

- Charmaz, K. (1995). Grounded Theory. In J. A. Smith, R. Harré & L. V. Langenhove, *Rethinking methods in psychology*. (27-49). London: Sage Publications.
- Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África. (1969). Adoptada Pela Conferência Dos Chefes De Estado E Do Governo Aquando Da Sexta Sessão Ordinária. Pp. 1-9.
- Conselho Português para os Refugiados RP (2008). *Programa nacional de Reinstalação: reflexões sobre a sua operacionalização*. Lisboa: CRP.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing Grounded Theory (3ªed)*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Coutinho, C. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*. 12 (1), 5-1.
- Farr, R. (1992). La représentation sociale: la théorie et ses critiques. *Bulletin de Psychologie*, 405: 183-188.
- Farr, R. (1995). Representações Sociais: a teoria e a sua história. In P. A. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes
- Fernandes, E. M., & Maia, Â. (2001). Grounded Theory. In E. M. Fernandes, & L. S. Almeida (Eds.), *Métodos e Técnicas de Avaliação: contributos para a Prática e Investigação Psicológica* (pp. 49-76). Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- Fontana, A., Frey, J. H. (1994). Interviewing: The Art of Science. In N. Denzin & Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 361-376). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Galindo, E. (2007). Applied Psychology in International Relations. RES – PUBLICA Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais, 5/6, pp. 159-178.
- Glaser, B. & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.
- Guareschi, N., Medeiros, P. & Bruschi, M. (2003). "Psicologia social e estudos

- culturais: rompendo fronteiras na produção de conhecimento”. In N. M. Guareschi & M. Bruschi (Orgs.). *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis, Vozes.
- Guba, E. e Lincoln, Y. 1994. Competing paradigms in qualitative research. In N.K. Denzin e Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Jodelet, D. (1989). ‘Les Représentations sociales: un domaine en expansion’ in Jodelet, D. (Ed.), *Les représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2002). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As Representações sociais*. (17-44). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P. & António, J. (2006). *Os Imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*. Lisboa: Observatório de Imigração.
- Latorre, A., Del Rincon, D. & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: Hurtado Ediciones.
- Lima, L.N., & Ferro, M.J. (2014). *Grounded Theory: Uma Metodologia Qualitativa de Investigação*. Manual Pedagógico de apoio ao Seminário de Investigação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Matias, G. (2014). *Migrações e Cidadania*. Coleção: Ensaios da Fundação. Lisboa: FFMS.
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in social psychology*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Neves, T. (2016). Os portugueses e o acolhimento de refugiados: Privação relativa e hostilidade intergrupar. Dissertação de Mestrado. ISCTE-IUL. Consultado a 3 de junho de 2020, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12619>
- Oliveira, C. (2020). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: Relatório Estatístico do Asilo 2020*. Lisboa: Observatório das Migrações.
- PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados (s.d.). *Crise dos Refugiados*. Consultado a 20 de julho de 2020, disponível em: <https://www.refugiados.pt/refugiados/crise-dos-refugiados/>

- Reid, P. T. (2002). Multicultural Psychology: Bringing Together Gender and Ethnicity. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 8(2), 103-114.
- Santos, M. F. (2005). A teoria das representações sociais. In M.F. Santos & L.M. Almeida, (Eds.) *Diálogos com a teoria das representações sociais*. (p.13-38). Recife: Editora Universitária da UFPE.
- SEF/GEPF. (2018). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017*. Pp. 39-42. SEF. Consultado a 14 de agosto de 2020, disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>
- SEF/GEPF. (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Pp. 45-50. Oeiras: SEF. Consultado a 25 de julho de 2020, disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>
- SEF/GEPF. (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. Pp. 51-56. Oeiras: SEF. Consultado a 2 de setembro de 2020, disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded Theory Methodology: An Overview. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. (273-285). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Uma visão conjunta para os refugiados na Europa. (2016, dezembro). *Newsletter #182*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNHCR. (2011). *The 1951 Convention relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol*. Geneva: UNHCR. Consultado a 10 de agosto de 2020, disponível em <https://www.unhcr.org/about-us/background/4ec262df9/1951-convention-relating-status-refugees-its-1967-protocol.html>
- UNHCR. (2020). *Global Trends. Forced displacements in 2019*. Consultado a 12 de setembro de 2020, disponível em https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.183435685.2004393631.1602457929-724552603.1602457929
- Vala, J. (2000). 'Representações sociais e Psicologia Social do pensamento

quotidiano'. In J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J., Lima, M. & Lopes, D. (2004). Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In W. Arts & L. Halman (Eds.), *European values at the turn of the millennium*. Leiden: Brill

Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (pp. 569-715). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anexos

Anexo I – Termo de Consentimento Informado



Informação ao Participante

No âmbito do desenvolvimento de uma Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia (Área de Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), pretendemos realizar um estudo sobre a *Percepção dos estudantes universitários acerca da vinda de refugiados para Portugal*.

Assim, vimos por este meio solicitar a sua colaboração neste estudo, que consistirá em responder a perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. A entrevista realizada será gravada em formato áudio e posteriormente transcrita.

A sua participação é de máxima importância, voluntária e sem qualquer carácter remunerativo. Se, por qualquer motivo, não quiser participar, ou quiser desistir, tem todo o direito de o fazer e a sua decisão não lhe causará qualquer prejuízo.

De ressaltar que toda a informação recolhida será mantida em confidencialidade e será tratada e conservada de forma anónima. Os resultados serão utilizados apenas em contexto científico, sem nunca divulgar a sua identidade.

Caso pretenda receber algum esclarecimento adicional, por favor contacte-nos.

A Investigadora,

A Orientadora,

Ana Xambre

Prof. Dra. Maria Jorge Ferro

(Estudante da FPCEUC)
Telemóvel: 966 759 764
E-mail: asxambre@gmail.com

(Professora da FPCEUC)

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____,
declaro estar esclarecido acerca dos objectivos deste estudo e de acordo com
as condições de participação. Assim, aceito participar voluntariamente neste
estudo.

Assinatura do participante:

_____ Coimbra, __ de _____ de _____

Obrigada pela sua participação.

Rua do Colégio Novo • Apartado 6153 • 3001-802 Coimbra • Tel.: +351 239 851 450 • Fax: +351 239 851 462 •
dir@fpce.uc.pt • www.uc.pt/fpce

Anexo II – Guião Orientador da Entrevista Semiestruturada

Entrevista Exploratória – Jovens universitários

Investigação

“Perceção dos estudantes universitários acerca da vinda de refugiados para Portugal”

Data: ____ / ____ / ____

Local: _____

Início: _____ Término: _____

Nome do Entrevistado (sigla):

Identificação Pessoal

1. Breve apresentação
 - a. Idade
 - b. Curso, razões da escolha, ano
 - c. Como se descreve em termos sociais
 - d. Área de residência da família, irmãos e idades, estado civil dos pais, com quem viveu durante a infância e adolescência, com quem vive atualmente

2. Como se posiciona politicamente? Faz parte de algum movimento político?
 - a. Na escola, pertenceu a alguma lista para a Associação de Estudantes?
 - b. E na Universidade, costuma votar para a Direção Geral da AAC? Porquê?
 - c. O que pensa da Política em geral (da política e não dos políticos)?
 - d. O que pensa da classe política? Porquê?
 - e. O que pensa que cada indivíduo pode fazer relativamente à dignidade e “fiscalização” da vida política? Porquê?

3. O que pensa do Voluntariado? E das campanhas de apoio a determinadas situações de crise?
4. Tem crenças religiosas? Quais?
 - a. Com que importância na sua vida (de 1 - muito pouca a 10 - total)?
 - b. E na sua família mais próxima?
 - c. Quando criança, teve alguma formação religiosa? Qual? Porquê? Como descreve essa experiência?
5. Na sua família houve (há) alguém emigrado? Para onde? Desde quando? Porquê?
 - a. Tem contacto com esses familiares? Como descreve esse contacto? Porquê?
6. Se acontecesse um qualquer cataclismo social ou político em Portugal, ponderaria sair do país? Ou, haverá uma qualquer razão que lhe faça ponderar sair do país?

Conhecimento, interação, comportamentos acerca de migrações e da vinda de refugiados para Portugal

- 1) Que tipo de migrantes conhece?
 - a) Para si, considera que há diferença entre um refugiado e um migrante económico? Qual? Como isso se traduz nas políticas de acolhimento?
- 2) Quais considera serem os principais motivos para a recente deslocação massiva de refugiados?
 - a) Quais as suas principais vias de acesso a essas informações?
 - b) Entre colegas, falam sobre este assunto? E na sua família?
- 3) As notícias e a informação em geral têm frisado alguns aspetos, como seja a questão religiosa. Estará, de facto, a religião relacionada com este fenómeno? Que razões estarão na base destas migrações?
- 4) Do mesmo modo, também é frequente encontrar associações entre a questão das migrações, os aspetos políticos, as questões religiosas e o terrorismo. Considera que o fluxo de cidadãos refugiados se relaciona com o terrorismo? Porquê? Que indicadores usa para fundamentar o seu pensamento?
- 5) O que pensa sobre a integração/acolhimento de cidadãos refugiados em Portugal?
 - a) Sabe se já há refugiados em Portugal? Onde e quantos?

- b) Consideraria algumas exceções em relação à possibilidade de acolhimento de algumas pessoas? Quais (Ex: crianças, país de origem, famílias, homens, pessoas com/sem formação profissional/académica, ...)?
 - c) Considera que a sociedade portuguesa está preparada?
 - d) Mediante o panorama europeu, em que posição estará Portugal a este nível?
- 6) O que pensa sobre os planos dos cidadãos refugiados? E sobre as suas ambições? Por exemplo, diz-se frequentemente que “todos querem ir” para a Alemanha, o que pensa disso?
- 7) Quais os direitos dos cidadãos refugiados? E os deveres?
- a) Que debate julga ter havido/estar a haver sobre esta questão aqui em Portugal?
Podendo, o que proporia fazer neste sentido ou o que faria diferente?
- 8) A integração / adaptação dos cidadãos refugiados em Portugal, depende de alguma forma do seu país de origem?
- a) O que sabe sobre qualquer um destes países? Síria, Paquistão, Timor-Leste, Serra Leoa, Angola, Congo, Irão, Ruanda? Como adquiriu essa informação?
 - b) Existiria alguma prioridade de acolher cidadãos de um determinado país? Porquê e qual?
- 9) Como vê a chegada de algumas famílias e estudantes em situação de refúgio?
- a) E a disponibilidade, afirmada pelo primeiro-ministro António Costa, de acolher mais, aproximadamente, dez mil pessoas?
- 10) Em relação à movimentação de cidadãos refugiados, o facto de se deslocarem sozinhos ou em família terá algum peso na integração?
- a) E a hipótese de reagrupamento familiar?
- 11) Existe ligação entre os conceitos de refugiado e pobreza?
- a) Como descreve cada um destes conceitos (quem é, para si, um refugiado e quem é, para si, um indivíduo que se encontra em situação de pobreza)? / Esta questão tem a ver com o facto de, frequentemente, se ouvir dizer que uma vez que há muitos pobres em Portugal, devíamos era “ajudar os nossos”, o que pensa disto? /
- 12) O acolhimento de cidadãos refugiados deve ser condicionado pela sua condição económica? Grau académico? Como? Porquê?
- 13) Existem benefícios em acolher cidadãos refugiados? E riscos? Para quem?

- 14) Assumindo que este assunto se reveste de uma série de possíveis entraves, barreiras, dúvidas, problemas... quais considera serem as principais barreiras no acolhimento de refugiados em Portugal?
- Essas barreiras, parecem-lhe ser levantadas por quem? Com que intenção?
 - Como se têm disseminado?
- 15) Considera importante planear / promover / adotar formas de minimizar as diferenças linguísticas, culturais e religiosas, para facilitar a integração dessa população?
- O que pode ser feito?
 - Atendendo a que cada uma destas entradas (língua, cultura, religião), com tudo o que de hábitos comportam, como e que tempo seria necessário para promover, de facto, a integração?
- 16) No processo de integração, qual o lugar da transmissão, à descendência dos cidadãos refugiados, de tradições e valores culturais do país de origem? Estes indivíduos têm o direito de manter os seus costumes e transmiti-los à sua prole ou, se aceitam (escolhem) ficar em países distintos, devem abdicar de costumes que colidam com a forma de ser e estar da população/do país onde são acolhidos?
- Qual a sua perspetiva acerca da inserção de jovens refugiados no mercado de trabalho? Pensado nos jovens e nos empregadores.
 - E em relação à atribuição de subsídios (de integração, de subsistência, de saúde, bolsas de estudo, etc.)
- 17) O que nos torna próximos (empatia, identificação) da população refugiada?
- E o que nos afasta (diferenças, rejeição)?
 - Como é que estes aspetos poderiam ser minimizados? O que seria necessário fazer e como?
- 18) O que pensam os seus amigos mais próximos acerca deste tema? E a sua família?
- 19) Um exercício final. Para cada uma das seguintes palavras, pode dar-me dois ou mais sinónimos?
- Multiculturalismo
 - Sexismo
 - Extremismo
 - Sobrevivência
 - Cidadania
 - Migração
 - Asilo
 - Direitos humanos
 - Interculturalidade
 - Liberdade
 - Fuga

12. Guerra
13. Violência
14. Globalização
15. Religião

Há alguma coisa que queira acrescentar acerca desta temática?

Anexo III – Exemplo de Categorização Aberta

Questões	Respostas Uni. Análise	Ideias	Fragmentos	Conceitos	Categorias
Certo. Em relação também a sair do país já disseste que é uma possibilidade. E essa possibilidade, não sei se referiste que é por causa da situação económica do país?	Sim. Tenho medo que ficar em Portugal seja sonhar pequeno. Ser obrigada a ter um tecto das minhas ambições, e eu não quero isso para já.	Normalização da emigração.	Ser obrigada a ter um tecto das minhas ambições, e eu não quero isso para já.	.Evolução .Ambição	.Normalização da emigração .Emigração para evolução profissional
1. Que tipo de migrantes/migrações é que conheces? Que tipo de migrantes?	Ou seja, os migrantes que fazem a mala e vão porque querem. Os que fogem de situações de guerra. Enfim, os que vão porque vão com a família, isto? Acho que são os tipos que eu conheço, não é... no fundo dois grandes grupos, os que migram porque querem e os que migram porque são obrigados a migrar. Acho que no fundo essa será a divisão base.	.distinção entre migrantes por vontade própria e migrantes que fogem de guerra.	Ou seja, os migrantes que fazem a mala e vão porque querem. Os que fogem de situações de guerra. (...) no fundo dois grandes grupos, os que migram porque querem e os que migram porque são obrigados a migrar.	Migrar por opção Migrar por fuga de guerra	.Deslocação: fugir da guerra .migrantes por opção própria
Consideras que existe diferença entre um refugiado e um migrante económico?	Claro. O migrante económico estava seguro, tinha provavelmente casa, tecto, comida, estava num país onde não... ele estava... Tinha o básico e achou que o básico não era o suficiente para ele, o que é absolutamente legítimo. Portanto, é imigrante económico porque acha que tem direito a melhorar a sua situação económica. Um refugiado, é alguém que não tem escolha.	Migrante económico como alguém que quis sair para encontrar melhores condições. Refugiados migram por fuga da guerra.	O migrante económico estava seguro (...) Tinha o básico e achou que o básico não era o suficiente para ele, o que é absolutamente legítimo. Um refugiado, é alguém que não tem escolha. (...) não sabe se vai ter casa amanhã. Portanto, convém que saia para sobreviver.	.motivações económicas .fuga de guerra .sobrevivência	. Migrante: motivações económicas/procura de vida melhor . Refugiado: quem foge do terrorismo / guerra

Anexo IV – Representações Gráficas das Construções de Significados

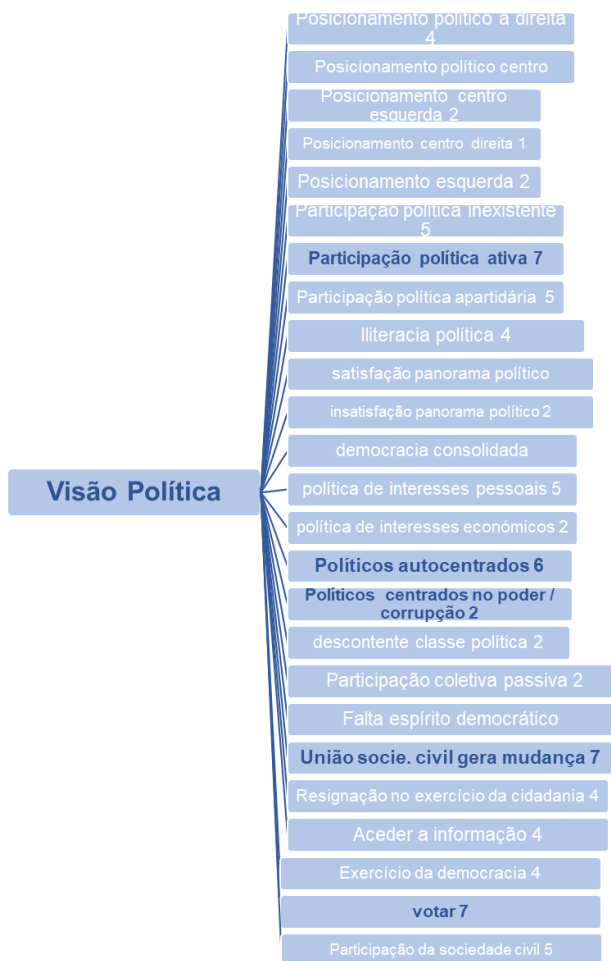


Figura 1. Construção de significados acerca da Visão Política

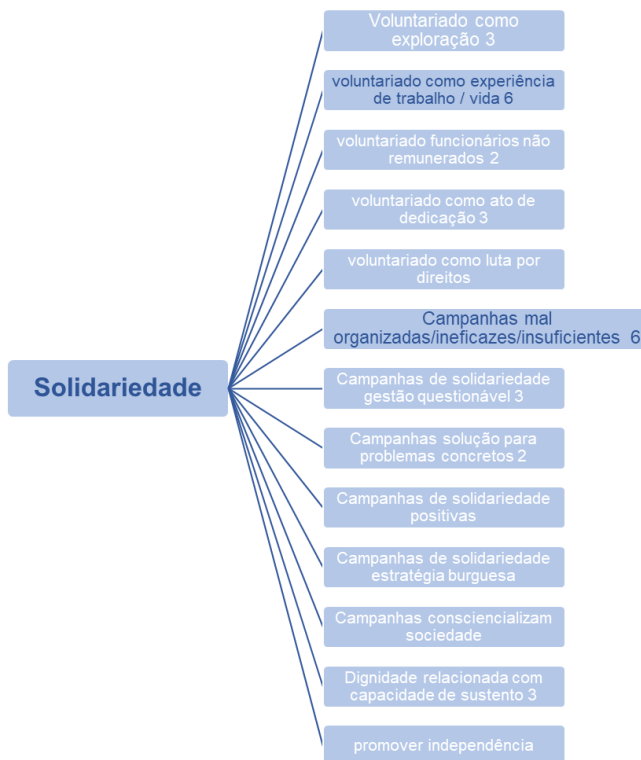


Figura 2. Construção de significados acerca da Solidariedade



Figura 3. Construção de significados acerca das Crenças Religiosas

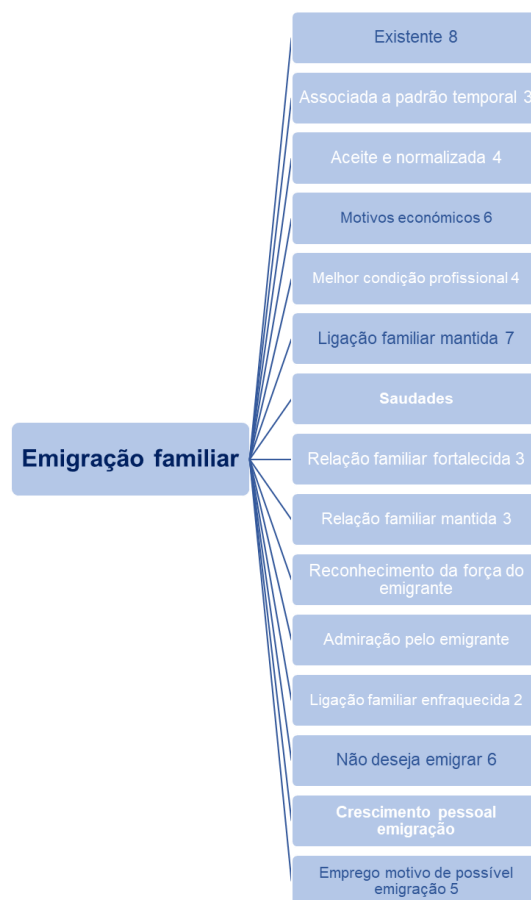


Figura 4. Construção de significados acerca da Emigração Familiar

Migrações e deslocações forçadas	Migração necessidade económica
	Conhecimento limitado 2
	Têm conhecimento 10
	Desvalorização do tema
	Refugiados recebem apoio governamental e ajudas 3
	Refugiados: forçados a sair do país 5
	Distinção "nós" "eles"
	Deslocação motivo: fugir da guerra/terrorismo 8
	Deslocação: procura de vida melhor 4
	Deslocação motivo: sobrevivência 10
	Fonte de conhecimento: meios de comunicação 10
	Fonte de conhecimento: literatura científica
	Fonte de conhecimento: não verificadas 3
	Fonte de conhecimento: múltiplas 4
	Partilha entre pares mediada pelos média 4
	Partilha entre pares mediada pela formação académica
	Partilha no contexto familiar mediada pelos média 6
	Deslocação como movimento de dominação religiosa
	Deslocação motivada por guerras religiosas 4
	Deslocação motivada factores económicos 4
Deslocação motivada conflitos políticos 2	
Deslocação relacionada com religião 7	
Divulgação mediática do terrorismo relac. com deslocação	

Figura 5. Construção de significados acerca das Migrações e Deslocações Forçadas

Quem é o cidadão refugiado?	Refugiados: deviam lutar pela vida
	Refugiados: ingratos quando fazem opções
	Imposto limite nas ambições dos refugiados
	Ambições profissionais
	Ambições económicas 5
	Ambições segurança / sobrevivência 6
	Ambições legítimas 3
	Refugiados: sem acesso à educação
	Pessoas informadas 2
	Possíveis terroristas
	Futuro contribuinte do país 3
	Tem formação elevada
	Relação inexistente entre refugiado e pobreza 7
	Relação existente entre refugiado e pobreza 3
	Confiança inexistente
	Direitos: habitação 2
	Direitos: cuidados de saúde
	Direitos: integração
	Direitos: dignidade
	Direitos: Carta dos Direitos Humanos 5
	Direitos: abrigo e não casa
Deveres: adaptação cultural 2	
Deveres: contribuir	
Deveres: seguir a lei 6	
Enfatização dos deveres	
Não têm experiência de trabalho	
os "outros"	
Inferior ao grupo "nossos"	
Fuga à guerra como desculpa para construção de vida melhor 3	
Quem foge da guerra/ terrorismo / morte / perigo 21	
Procura de segurança imediata 7	
Pessoa em situação de pobreza: não tem condições de vida 9	
Fonte de conhecimento: meios de comunicação 11	
Fonte de conhecimento: pessoas no terreno 5	
Fonte de conhecimento: não verificada 3	

Figura 6. Construção de significados acerca de Quem é o Cidadão Refugiado



Figura 7. Rede Construção de significados acerca do Acolhimento

Acolhimento

Primeiro nós 5
Capacidade empática afetada pela primazia do "nós"
Inexistente
Desfavorável politicamente
Conhecimento limitado sobre 3
Tem conhecimento sobre temática 7
Acolhimento dever da sociedade / UE 2
Acolhimento preferencial de famílias 3
portugueses têm atitudes discriminatórias
Acolhimento preferencial de crianças e mulheres 5
Acolhimento condicionado por país de origem
Acolhimento preferencial de culturas semelhantes à portuguesa
Acolhimento condicionado por factor económico 1
Acolhimento não condicionado por factor económico 7
Acolhimento não condicionado por formação académica 9
Acolhimento sem prioridades 6
Acolhimento prioritário ameaça real 2
Acolhimento: livrar da morte 2
Acolhimento: é um dever da sociedade
Acolhimento benéfico para a Europa (pop. envelhecida)
Acolhimento planeado
Acolhimento com dignidade
Benefício: interculturalidade / multiculturalidade 7
Benefício: refugiados vão contribuir para a sociedade 6
Traz riscos para a sociedade 4
Traz riscos para todos
Não traz riscos para a sociedade
Empatíaloc
Portugueses não gostam de refugiados
Barreira: desconfiança
Barreira: desconhecimento 4
Barreira: medo 2
Barreira: falta de condições económicas
Barreira: revolta
Barreira: as pessoas (europeus) 7
Barreira: mecanismo de defesa individual e social 3
Barreira: disseminadas pelas pessoas e governos
Barreira: contexto de Portugal 2
Informação dos média fortalece barreiras 5
acesso à informação facilita aproximação 12
ter contato facilita aproximação 19
promover debate público facilita aproximação 7
uso dos media para combater preconceito
intervenção educativa facilita aproximação e combate preconceitos 5
Pensamento homogéneo entre pares 8
Pensamento heterogéneo entre pares 6
Pensamento homogéneo no contexto familiar 8
Pensamento heterogéneo no contexto familiar 3

Figura 8. Construção de significados acerca do Acolhimento

Integração

Facilitada se em famílias 7

Facilitada se sozinho 2
 Implica respeito pela cultura predominante 2
 integração laboral: medo e desconfiança 3
 integração laboral: risco para empregador
 integração laboral: atitude discriminatória 2
 jovens ref são concorrência no mercado laboral 4
 Subsídios: preferência aos nacionais 3
 Subsídios: acesso fundamental 5
 Subsídios: temporários 4
 Depende de cada indivíduo 2
 Condicionada por país de origem 3

Reagrupamento familiar positivo 6

Proximidade cultural facilita integração 4
 Proximidade linguística facilita integração 2

Partilha de informação facilita integração 9

Língua é identidade
 Cultura é identidade 4
 Empatia 5
 Integração depende do país de origem
 Integração depende da cultura 2
 Integração depende da religião 3

Sociedade não está preparada para 8

Portugal não sabe integrar
 Portugal menos preparado na UE 3
 Portugal mais preparado na UE 2
 Portugal posição média na UE 3
 É risco para a sociedade
 integração: aprendizagem da origem e cultura portuguesas 4

facilita integração: aprender a língua 9

integração: acesso a trabalho 4
 integração: acesso à educação 4
 integração: receptividade da sociedade 2
 integração: liberdade religiosa 4
 integração: história comum

integração: adaptação/cedências de ambas 8

integração: misturar pessoas 4
 integração: enquadrar na lei do país / UE 4
 integração: não obrigatória
 Adotar o melhor de cada cultura
 afastamento: preconceitos / nacionalismo 2
 afastamento: medo, vivências

afastamento: cultura/ética 6

afastamento: falta de empatia
 Proximidade: pobreza circunstancial
 Proximidade: humanidade 3
 Proximidade: espírito de sobrevivência
 Proximidade: migração
 Proximidade: empatia 2

Figura 9. Construção de significados acerca da Integração